



UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL - CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
ERU 489- TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE
PAULA CÂNDIDO-MG.**

VIÇOSA
MINAS GERAIS – BRASIL
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA RURAL

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE PAULA
CÂNDIDO-MG.**

TCC apresentado à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências para conclusão do Curso
de Bacharelado em Cooperativismo.

Diego da Silveira Alexandre

(Graduando em Cooperativismo)

Prof. Dra. Bianca Aparecida Costa Lima

(Orientadora)

VIÇOSA MINAS GERAIS - BRASIL

2025

DIEGO DA SILVEIRA ALEXANDRE

**CIRCUITOS CURTOS DE COMERCIALIZAÇÃO E ECONOMIA SOLIDÁRIA:
ALTERNATIVAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO DE PAULA
CÂNDIDO-MG.**

TCC apresentado à Universidade Federal de Viçosa,
como parte das exigências para conclusão do Curso
de Bacharelado em Cooperativismo.

Assentimento

Diego da Silveira Alexandre
Autor

Bianca Aparecida Lima Costa

Orientadora

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as contribuições da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido (MG) para seus(uas) participantes. Para o desenvolvimento desta pesquisa, utilizou-se de uma abordagem qualitativa, fundamentada na aplicação de questionários, entrevistas semiestruturadas. Buscou-se compreender como a feira se configura como espaço de convivência, comercialização, construção coletiva e fortalecimento da agricultura familiar de Paula Cândido. Os resultados demonstraram que a feira exerce um papel importante na geração e complementação de renda, valorização de saberes locais e fortalecimento identitário para os(as) feirantes. Destaca-se também o protagonismo feminino na produção, gestão e comercialização, evidenciando o espaço da feira como uma possibilidade de construção coletiva. É válido destacar que muitos(as) feirantes vivenciam práticas ligadas à economia solidária, embora nem todos compreendam ou percebem este movimento de maneira similar. Além disso, relacionado a questões etárias e raciais evidenciam desafios relacionados à sucessão familiar e promoção de ações equitativas e de inclusão social. Dito isso, conclui-se que a feira constitui um importante instrumento de envolvimento da comunidade, articulando princípios de solidariedade e busca por autonomia, reafirmando-se como espaço de resistência e transformação social no meio rural.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Economia Solidária; Pluriatividade; Desenvolvimento local.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Antônio e Virgínia, pelo amor incondicional, pela base sólida e pelo exemplo de força e dedicação. Às minhas irmãs, Juliana e Fabiana, ao meu grande amigo conselheiro Guilherme, e às minhas sobrinhas Kamilly, Vitória, Cássia e Mavie, que são fontes de alegria e inspiração constantes. E, com todo o meu carinho, à minha companheira Monalisa, por caminhar ao meu lado com paciência, incentivo e amor em cada etapa desta jornada!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, proteção e serenidade concedidas em todos os momentos desta caminhada. Aos meus pais, Antônio e Virgínia, pelo amor incondicional, pelo exemplo de honestidade e dedicação, e por me ensinarem a valorizar o trabalho e a simplicidade da vida. Às minhas irmãs, Juliana e Fabiana, e às minhas sobrinhas, Kamilly, Vitória, Cássia e Mavie, por cada gesto de carinho e por me lembrarem diariamente da importância da família. Meu agradecimento especial à minha companheira Monalisa, pelo incentivo constante, paciência e amor, por estar presente nos dias de cansaço e celebrar comigo cada pequena conquista. Aos meus amigos que foram fundamentais nessa jornada, Guilherme, Monalisa, Rodrigo, Samara, Lucas, Larissa, Felipe, Tais, Yuri e Eunice, Nayara, Michele, Priscila, Reidner, José Daniel e Isabela. Agradeço à Mariana Paiva, pela orientação nos projetos de extensão, pela dedicação e incentivo constantes nas construções acadêmicas, e por ser inspiração no compromisso com a educação e o desenvolvimento social. Expresso minha profunda gratidão às políticas públicas de permanência na universidade pública, que garantiram, enquanto homem negro e quilombola, o acesso, a permanência e a conclusão desta jornada acadêmica. Reconheço que cada política e programa voltado à inclusão é também um ato de justiça e transformação social. Agradeço também à Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV), pelos projetos, ensinamentos e por contribuir de forma significativa na construção do meu caráter, visão crítica e respeito à diversidade. Agradeço à minha orientadora Bianca pela orientação atenciosa, pelas contribuições essenciais e pela sensibilidade em guiar este trabalho com responsabilidade e afeto. Agradeço à banca examinadora, pela disponibilidade, pelas leituras criteriosas e pelas contribuições valiosas que ampliaram a qualidade deste trabalho e o tornaram ainda mais significativo. Estendo minha gratidão à Universidade Federal de Viçosa, aos professores e colegas que fizeram parte dessa trajetória acadêmica, pela troca de conhecimentos, pelo aprendizado coletivo e pelas experiências compartilhadas. Aos(às) amigos(as) feirantes da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, minha sincera gratidão pela disponibilidade e confiança em compartilhar suas histórias e saberes, que foram fundamentais para a construção deste trabalho. Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este sonho se tornasse realidade. A cada palavra de incentivo, abraço e gesto de apoio, o meu mais sincero obrigado!

SUMÁRIO

SUMÁRIO	7
1) INTRODUÇÃO	8
2) REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1) A relação entre Agricultura Familiar e Economia Solidária	10
2.2) Importância dos Circuitos Curtos de Comercialização para os(as) produtores(as) familiares.	15
3) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	18
3.1) Lócus de Pesquisa	19
3.2) Inserção do pesquisador no campo de pesquisa.	22
4. RESULTADO E DISCUSSÃO	24
4.1) Perfil Sociodemográfico dos feirantes	24
5) CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50
APÊNDICES	58

1) INTRODUÇÃO

Sob a perspectiva histórica, são notáveis os desafios advindos da concentração de renda, exclusão social e fragilidades de incentivos e políticas públicas voltadas ao campo, especialmente aquelas voltadas à agricultura familiar. É válido destacar que vivemos em uma sociedade marcada por desigualdades e exclusões sociais, com violências estruturais e concentração de riquezas (Furtado, 2020).

A centralização da produção e a globalização das cadeias de abastecimento geram e intensificam as desigualdades e os danos ambientais (Mance, 2005). Logo, a consolidação de modelos alternativos a esta realidade é urgente. É necessário a criação de condições que eliminem a pobreza e criem um suporte na redistribuição de renda, podendo estas ações de desenvolvimento, serem efetuadas com produção familiar (Buainain et.al, 2003).

Diante desses apontamentos, observa-se uma relação direta entre a centralização da produção e as desigualdades sociais, o que evidencia a necessidade de modelos alternativos que rompam com a naturalização dessas lógicas. Nesse contexto, a economia solidária destaca-se como um instrumento essencial para a inclusão produtiva, o desenvolvimento sustentável e a promoção da autonomia (Singer, 2002).

Baseada em práticas que se fundamentam nas relações colaborativas, a economia solidária abre espaço para a construção de princípios e valores que colocam as pessoas como sujeito e finalidade da atividade econômica, relação essa que, possibilita a formação de uma nova cultura dentro de uma sociedade moldada pelo capitalismo (Silva; Tolovi, 2011).

Enquanto uma alternativa viável e necessária, ela é capaz de somar forças e caminhar junto ao fortalecimento da agricultura familiar, uma vez que pode contemplar trabalho, renda, práticas cooperativas, valorização de culturas, saberes e vínculos territoriais locais (Arruda, 2015). A ligação da economia solidária com a agricultura familiar se fundamenta nas ações coletivas, valorização do trabalho, sustentabilidade social, inclusão social, respeito ao meio ambiente, diversidade e comercialização justa (Singer, 2002). Essas ações são de grande relevância no desenvolvimento local ao aproximar produtores(as) e consumidores(as), contribuindo diretamente para a formação de circuitos curtos de comercialização (CCC). Para Darolt et al. (2013), esse conceito se refere justamente ao fortalecimento dessa proximidade entre as partes, podendo o mesmo ser considerado um fator potencializador para o acesso a alimentos e produtos de qualidade, com a possibilidade de dispensar intermediários e adquirir

produtos diretamente com os(as) produtores(as).

Os CCC se configuram como mecanismos que a agricultura familiar e os empreendimentos econômicos solidários utilizam para obter renda e priorizar o trabalho familiar, e as relações sociais (Rambo et al., 2019). Estes se consolidam como uma alternativa sustentável e inclusiva no meio rural brasileiro, principalmente para as produções familiares.

Mesmo em municípios onde há forte presença da produção familiar é comum o uso de alimentos e produtos consumidos que venham de outras localidades, sendo muitos deles ultraprocessados, uma vez que, na sociedade do capital, os ideais de consumo também são ditados por ele. Conforme Paiva et.al (2024), é possível perceber que as trocas entre zona rural e zona urbana orientadas pelo capitalismo fazem com que os ideais de consumo criem uma situação desafiadora que valorize alimentos e produtos vindos de outros lugares.

Diante dessas pressões advindas das situações de consumo, os(as) produtores(as) familiares acabam ficando expostos(as) a determinadas situações, como por exemplo, a comercialização por meio de atravessadores(as), que são pessoas que definem preços para a compra dos produtos e direcionam para consumidores finais, que podem ser grandes empresas ou comerciantes de outras localidades. Tal situação pode levar a desvalorização do trabalho das(os) produtoras(es) e a precificação injusta dos produtos, além de comprometer o potencial dos territórios e saberes locais (Paiva et.al, 2024).

Dessa forma, é importante ressaltar que as feiras podem contribuir de forma expressiva para a preservação de autonomia dos(as) produtores(as), aumento de renda, desenvolvimento local e agregação de valores aos produtos, assegurando aos(as) consumidores(as) finais à soberania e a segurança alimentar, visto o acesso direto aos(as) produtores(as), facilitando assim o acesso à procedência e a informação dos produtos (De Fátima; Grossi, 2019).

Nessa conjuntura, é válido afirmar que as feiras de comercialização de agricultura familiar surgem como espaços estratégicos para a venda direta de produtos, fazendo com que se crie um modelo de circuito curto de comercialização. Para Silva (2014), os modelos de mercados baseados em CCC, mesmo não sendo uma novidade, tem se apresentado como uma alternativa ao padrão hegemônico de abastecimento, fortalecendo a ideia de que os CCC

permitem que (a)o produtor(a) tenha maior autonomia sobre seus produtos, controle de seus preços e acesso direto ao(a) consumidor(a).

Inserido nessa perspectiva, o município de Paula Cândido, situado na Zona da Mata de Minas Gerais, chama a atenção por suas iniciativas de fortalecimento da agricultura familiar e por instigar as experiências de economia solidária através da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, criada em novembro de 2021, com o objetivo de aproximar produtores(as) locais e oferecer produtos de identidade cultural. Realizada semanalmente, aos sábados, a feira conta com produtores(as) familiares locais, prezando por um espaço de comercialização direta.

A partir dessas reflexões, este trabalho tem o objetivo analisar as contribuições da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido (MG) para seus(uas) feirantes, assim como compreender como se configura este espaço de convivência, comercialização e construção coletiva. Na expectativa de atender ao objetivo, além desta introdução, esta monografia está dividida em cinco seções: referencial teórico, o qual está dividido em 02 partes sendo estas: relação entre agricultura familiar e economia solidária e importância dos circuitos curtos de comercialização para agricultoras(es) familiares, seguido de procedimentos metodológicos, resultados e discussões e considerações finais.

2) REFERENCIAL TEÓRICO

2.1) A relação entre Agricultura Familiar e Economia Solidária

A agricultura familiar cumpre um papel fundamental e estratégico na produção de alimentos, na preservação do meio ambiente e no desenvolvimento sustentável no meio rural no Brasil. De acordo com a Lei nº 11.326/2003 que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais, os indivíduos que utilizam predominantemente mão de obra própria, gerenciam seus estabelecimentos e têm como principal fonte de renda as atividades advindas de suas unidades produtivas, são considerados agricultores(as) familiares.

Segundo o anuário estatístico da agricultura familiar da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) (2023, p. 05) “a agricultura familiar é um modo de vida e produção agropecuária baseada em unidades de produção agrária na qual a família é a principal responsável pela mão de obra, gestão do trabalho e dos recursos”. Compreendendo

assim que a prática dela pode ser considerada um modo de vida, a qual engloba uma série de ações que são utilizadas para transformar a natureza, com o objetivo de produzir e satisfazer as necessidades consideradas úteis ao ser humano, tanto para consumo quanto para a comercialização (Mance, 2002).

Com base nas reflexões de Carneiro e Maluf (2005), a agricultura familiar desempenha funções que estão para além da dimensão econômica, assumindo um papel estratégico em sua relação com a sociedade. Entre essas funções, destacam-se a preservação do meio ambiente, a integração da produção agrícola aos aspectos sociais e culturais do território, a manutenção de um modo de vida específico e de práticas tradicionais de cultivo, a garantia da segurança alimentar das famílias agricultoras, bem como a valorização do patrimônio cultural. Sendo válido ressaltar, que a prática da agricultura familiar pode ser considerada um meio de vivência e progresso humano, visando sempre o bem-estar do indivíduo, além de valorizar saberes, culturas tradicionais e geração de renda (Maluf, 2005).

Além disso, com base nos dados do anuário nacional de agricultura familiar a mesma é vista como.

[...] uma forma de agricultura que parte do princípio da relação harmônica entre as atividades produtivas, a conservação dos recursos naturais, os saberes e a manutenção da cultura e tradições locais, fortalecendo os vínculos com a terra, o território, com a vida em comunidade. (Anuário Estatístico de Agricultura Familiar. 2024. p. 05)

Desta forma, a agricultura exerce um papel crucial no desenvolvimento rural, fortalecendo a segurança alimentar, o crescimento econômico e a sustentabilidade ambiental.

Os dados presentes no anuário estatístico de agricultura familiar realizado no ano de 2024, apresenta que há um total de 3,9 milhões de estabelecimentos familiares, gerando assim um número de 10,1 milhões de ocupações no campo (67% das ocupações), respondendo por 23% do valor bruto da produção agropecuária brasileira e pela dinamização econômica de 90% dos municípios com até 20 mil habitantes (68% do total), sendo estes dados do anuário, embasados nos dados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstrando assim através desse panorama a visualização, em números, da relevância e especificidades dos empreendimentos familiares (ANUÁRIO Estatístico da Agricultura Familiar, 2024).

Ademais, é pertinente dizer que, além de sua importância econômica, a agricultura familiar é extremamente relevante em aspectos socioculturais, visto que está ligada diretamente a tradições e modos de vida das famílias agricultoras, tendo em vista que este modelo produtivo tem como princípios a valorização dos recursos naturais e produções saudáveis. Sendo assim, o fortalecimento e valorização deste modelo de produção tornam-se estratégias fundamentais na construção do desenvolvimento econômico rural de forma justa e sustentável (Wanderley, 2003).

Contudo, ainda que se mostre importante os empreendimentos familiares, é pertinente afirmar que a produção familiar é afetada pelo sistema capitalista, o qual age de forma excludente e segrega os grupos minoritários produzindo desigualdades crescentes (Felício, 2006). Com isso, Medeiros e Cunha (2012) destacam que em um sistema capitalista há o desenvolvimento e a utilização de tecnologias cada vez mais avançadas, as quais visam a obtenção de lucros sem a preocupação com causas como desenvolvimento social e a preservação ambiental. Em contrapartida, é importante destacar a economia solidária, como uma maneira de atuação que inverte a lógica capitalista, buscando contemplar outras lógicas econômicas que podem estar mais próximas dos anseios de uma parcela excluída da população (Singer, 2002).

O modelo capitalista prioriza a maximização do lucro e a competitividade, que resulta na concentração de terras, na imposição de tecnologias padronizadas e de alto custo e na marginalização de pequenos produtores rurais. Essa lógica desconsidera os contextos locais, os saberes tradicionais e a participação coletiva, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas (Gaiger, 2004)

Em contraposição, a economia solidária propõe uma reorganização das relações produtivas baseada na cooperação, autogestão e na utilização de tecnologias adequadas às realidades territoriais. A economia solidária constitui uma alternativa concreta ao sistema capitalista, ao priorizar a satisfação das necessidades sociais e a inclusão produtiva em detrimento da acumulação de capital. Essa perspectiva também se aproxima da agricultura familiar, que se fundamenta em vínculos socioculturais, na valorização dos recursos naturais e na preservação dos modos de vida, fortalecendo, assim, um modelo de desenvolvimento rural mais justo e sustentável (Singer, 2002). Nesse sentido, observa-se uma estreita conexão entre esses princípios e os fundamentos da economia solidária, visto que a economia solidária se constitui como uma proposta alternativa ao modelo capitalista tradicional.

A economia solidária no Brasil deve ser mapeada através das principais experiências e instituições envolvidas no campo prático, as associações, as empresas autogeridas, as cooperativas, organismos sindicais e iniciativas no âmbito dos governos municipais, estaduais e federal. No mais, essas formas associativas, no atual estágio do capitalismo¹ ajustam um conjunto de práticas que caminham no sentido da democratização e das relações de trabalhos, apresentando um potencial para a criação de novas relações sociais. Dito isso, é importante salientar que a economia solidária conta com elementos que são fundamentais na contrariedade do modelo hegemônico e capitalista que enfrentamos (Faria, 2005).

Segundo Mance (2005), a economia solidária busca reorganizar socialmente práticas de produção, consumo e desenvolvimento tecnológico com base em princípios como cooperação, autogestão e diversidade, visando à realização humana e à garantia de condições materiais para o exercício ético da liberdade.

No mais na economia solidária preza-se por ideais de solidariedade, os quais vão em contrapartida ao individualismo competitivo que caracteriza a sociedade capitalista. Ao fazer um paralelo a produção familiar, este modelo pode ser considerado um sistema participativo, democrático e mais justo, o qual atende às necessidades e interesses dos(as) produtores(as), além de ir ao encontro de suas crenças, valores, práticas, visão sobre produção e relações sociais, dando ao movimento a identidade dos(as) sujeitos(as) atuantes (Culti, 2010).

Dito isso, é perceptível que o movimento de economia solidária busca, não só dar credibilidade, mas também assessorar essas classes oprimidas e minoritárias, tendo um papel fundamental no fortalecimento e emancipação destas, além de evidenciar que a desigualdade não é um fator natural, demonstrando assim a importância da organização e democratização das práticas econômicas (Singer, 2002). Com isso, para Singer (2002, p. 10) “A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual”, evidenciando que neste modelo de economia a produção é de domínio coletivo, além do indivíduo participante ter voz ativa e direitos de escolhas de formas subjetivas.

No mais, Singer (2002, p. 24) frisa que a economia solidária surgiu em “reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da

¹ O capitalismo contemporâneo é frequentemente caracterizado pela financeirização da economia, intensificação das desigualdades sociais e precarização das relações de trabalho, marcado ainda pelo avanço tecnológico e pela lógica de maximização do lucro em detrimento do bem-estar socioambiental.

organização fabril da produção”. Simultaneamente, Arruda (2015, p. 165) acredita que “sua estruturação obedecia aos valores básicos do movimento operário de igualdade e democracia, sintetizados na ideologia do socialismo”. Logo, a economia solidária não se apresenta como novidade de trabalho, mas como reação ao capitalismo industrial e fortalecimento de ideologias sociais, podendo assim, afirmar de acordo com o ponto de vista dos autores citados, que tal movimento pode ser compreendido como a prática de enfrentamento às crises e irregularidades econômicas, além de conceder condições de dignidade e visibilidade aos(as) sujeitos(as) praticantes e pertencentes ao modelo de economia solidária.

Adicionalmente, é importante destacar que, para Arruda (2015, p. 165), “a economia solidária é um projeto de economia com base no trabalho e não no capital, como no capitalismo”. Sendo essa uma nova forma de organização da economia, a qual prioriza a valorização do indivíduo, o enxergando para além de força de trabalho e produção, deixando de lado a exploração, exaltando a emancipação dos atores praticantes, a visibilidade dos mesmos a justiça social e viabilidade das práticas dos empreendimentos familiares (Arruda, 2015).

No mais, é importante salientar que a economia solidária em sua aplicação permite ao(a) sujeito(a) atuante, não só geração de renda, mas também a construção do desenvolvimento, visto que representa uma alternativa para as populações historicamente marginalizadas. Para Singer (2002), com a realização da economia solidária há um fomento baseado em práticas como confiança, no compromisso coletivo e na justiça social, possibilitando assim que os(as) agricultores(as) familiares e os empreendimentos cooperativos se articulem e ampliem seus alcances e fortaleçam seus mecanismos de produção e comercialização.

Nesse sentido, além de seu caráter econômico, a economia solidária possui uma dimensão política, uma vez que tem a função de incentivar os seus(uas) sujeitos(as) a pensarem no enfrentamento às adversidades advindas do sistema capitalista (Gaiger, 2004). Com isso, é relevante destacar que, no cenário citado, ao decorrer deste trabalho a economia solidária se articula de forma estratégica com a agricultura familiar, visto que este modelo pode proporcionar uma organização coletiva, canais de comercialização e estímulos de práticas autônomas (Singer, 2018).

Portanto, experiências como a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, evidenciam de forma prática como esse modelo de economia pode contribuir para melhores condições de vida dos(as) agricultores(as) e também na promoção do desenvolvimento e protagonismo social.

2.2) Importância dos Circuitos Curtos de Comercialização para os(as) produtores(as) familiares.

Segundo Soares et al. (2020, p. 27), “os circuitos curtos de comercialização (CCC) não se referem apenas à distância física entre produtor e consumidor, mas também à conexão social e à transparência na relação entre ambas as partes”. Assim, partindo dessa relação é válido dizer que os CCC, para além do fortalecimento da relação entre produtor(a) e consumidor(a), ele proporciona uma relação de confiança, reconhecimento e vínculo social. Os CCC além de proporcionar a prática de venda direta, também elimina a ação de intermediários, se destacando assim como uma alternativa relevante para os(as) agricultores(as)/produtores(as), possibilitando maior controle sobre o preço de seus produtos e uma maior proximidade com seu consumidor final (Conterato, 2013).

Com efeito, em municípios pequenos e de grande predominância rural, onde a agricultura familiar é a principal geração de renda, é comum a forte presença de atravessadores, os quais utilizam-se desta oportunidade para negociar de maneira que não valorize a produção local, além de impossibilitar que a produção de qualidade seja comercializada localmente (Paiva, 2024). Segundo Gómez López et al (2020), a principal desvantagem relacionada às ações de atravessadores está relacionada à imposição do preço por parte de quem compra, sendo em alguns casos, preços baixos em relação aos custos de produção. Dito isso, se fazem importantes as estratégias de valorização da produção local, desenvolvimento socioeconômico e comercializações justas, destacando assim a relevância da utilização de diferentes estratégias de comercialização aos empreendimentos familiares.

Reitère (2014, p. 28) destaca que, “os circuitos curtos contemplam formas mais tradicionais de comercialização, com a venda direta no sítio, em feiras livres, feira de produtores, ou ainda via entrega a domicílio de cestas semanais”, demonstrando assim uma maior possibilidade de canais de comercialização para o(a) produtor(a), aumentando assim a circulação do dinheiro em nível local, podendo se afirmar que esse modelo pode ser denominado de diferentes formas. Para (Darolt , 2013) independente da denominação esses

tipos de CCC reforçam a autonomia e possibilitam uma relação mais intensa entre consumidores(as) e produtores(as) na definição dos modos de produção, troca e consumo.

Além disso, é comum que os(as) produtores(as) se utilizem de três canais diferentes dentro deste sistema, sendo estes “[...] feiras do produtor, entrega de cestas em domicílio e, compras governamentais” (Darolt et.al, 2013, p. 09), evidenciando que os CCC são formas de comercializar diretamente de produtor(a) para consumidor(a), possibilitando a estes sujeitos uma maior proximidade e eliminação de atravessadores(as).

Com base nos estudos de Darolt (2013) se faz pertinente frisar que os mesmos têm de ser compatíveis com a realidade da localidade e dos(as) produtores(as). As feiras são espaços de extrema relevância e tradição cultural no Brasil, sendo utilizadas para a realização de práticas comerciais, exposição de produtos e escoamento de produção, visto que essa forma de comercialização permite aos(as) produtores(as) familiares geração de renda, maior autonomia, não dependência de atravessadores(as) e melhoria na gestão de seus empreendimentos.

Costa et al. (2019, p. 10) afirmam que “as feiras são espaços que promovem o acesso aos mercados e a aproximação aos(as) consumidores(as), especialmente em níveis locais”, evidenciando que estes espaços contribuem para o encurtamento dos canais de comercialização, podendo assim gerar uma maior engajamento e fidelidade entre ambas as partes. No mais, as autoras afirmam que “essas experiências têm se ampliado em diferentes espaços e potencializando não só a organização econômica como também a segurança alimentar e nutricional, o comércio justo e o consumo solidário” (Costa et.al, 2019, p. 11)

Com isso se faz pertinente dizer que estes espaços podem ter interferências positivas para além do aspecto econômico, podendo assim dizer que as feiras estão presentes no cotidiano dos indivíduos por todo o globo. Sejam estas interferências em âmbito municipal, estadual, regional e nacional, visto que as mesmas podem ser consideradas locais tradicionais que fortalecem de maneira cultural, econômica e social, as quais atendem a todas as classes e diferentes rendas reforçando a identidade cultural e territorial, valorizando práticas produtivas sustentáveis promovendo a soberania e segurança alimentar (Lima, 2019).

As feiras, para além de espaços de comercialização, configuram-se como espaço político e social, promovendo a circulação de pessoas, informações e culturas. Trata-se de um papel relevante na geração de trabalho e renda, no incentivo à produção local e na valorização

de produtos regionais, além de contribuírem para o fortalecimento da economia local e o impacto cultural e turístico (Lima, 2019).

Em harmonia com os princípios da economia solidária, os CCC assumem funções estratégicas ao se basearem na cooperação e na valorização do trabalho coletivo. A comercialização direta fortalece os laços comunitários e as redes de apoio mútuo, construindo alternativas à lógica de mercado convencional, centrada na competição e no lucro (Darolt, 2013).

No município de Paula Cândido - Minas Gerais, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária é um exemplo concreto dessa dinâmica. Organizada por produtores(as) familiares e atores locais, a iniciativa segue os princípios da economia solidária, promovendo o acesso direto ao(a) consumidor(a), o fortalecimento da identidade local e a valorização de saberes e práticas culturais. Analisar seus impactos permite compreender a contribuição do CCC para o desenvolvimento rural e a transformação social em pequenos municípios.

As vivências de produtores(as) e feirantes nesses espaços transcendem o aspecto econômico, representando movimentos coletivos de mudança social. Como destaca Singer (2002), a economia solidária é um espaço de autogestão e cooperação, capaz de fortalecer vínculos comunitários e ampliar oportunidades de inclusão social. Gaiger (2004) acrescenta que práticas solidárias transformam o cotidiano dos(as) trabalhadores(as), criando identidades coletivas e novas formas de cooperação.

Miranda et al. (2024) apontam que as Feiras de Agricultura Familiar otimizam as relações com os(as) consumidores(as) e estruturam novos canais de comercialização, enquanto Schneider (2003) destaca que a participação em espaços coletivos reforça o papel dos(as) produtores(as) como agentes de desenvolvimento local.

Segundo Alexandre et al. (2024), essas ações geram efeitos positivos no âmbito local, como o fortalecimento do associativismo, a qualificação dos indivíduos, o consumo e valorização de produtos locais e o fortalecimento da identidade cultural. Paiva et al. (2024) complementam que o desenvolvimento dessas iniciativas pode originar redes de empoderamento e transformação social, alinhadas aos princípios da economia solidária.

Ademais, nesse contexto outro fator que deve ser destacado é a articulação entre autonomia econômica e sustentabilidade é essencial para as comunidades rurais, pois possibilita estratégias de permanência no campo e resistência às pressões do mercado. Nesse sentido, a pluriatividade reforça esse processo ao permitir que as famílias rurais combinem diferentes atividades agrícolas para diversificar e estabilizar sua renda. Como afirma Schneider (2000), a pluriatividade constitui uma estratégia fundamental para a reprodução social das famílias, ampliando sua capacidade de adaptação diante das incertezas impostas pelo sistema econômico. Assim, ao fortalecer múltiplas fontes de sustento, as comunidades rurais ampliam sua autonomia e constroem caminhos mais sustentáveis de desenvolvimento.

Nesse contexto, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido mostra-se um espaço de comercialização, geração de renda e valorização social, que contribui para o desenvolvimento econômico, cultural e humano do município. Compreender seus impactos significa reconhecer o potencial transformador das iniciativas locais e coletivas, que, mesmo em contextos de recursos limitados, promovem autonomia, protagonismo e justiça social. Com isso, analisar os impactos da feira permite a compreensão dos papéis da contribuição dos CCC para o desenvolvimento rural e a transformação social de pequenos municípios do interior.

3) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho caracteriza-se como um estudo de caso da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido - MG. O estudo da feira faz parte do projeto de pesquisa “Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização”², desenvolvido pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP-UFV), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), entre os anos de 2022 e 2025. A pesquisa envolveu outras experiências e teve como objetivo geral analisar os circuitos curtos de comercialização com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos, ambientais e as inovações sociais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico Zona da Mata Mineira, visando subsidiar políticas públicas no campo da agricultura familiar, agroecologia e economia solidária no Estado de Minas Gerais.

² É importante destacar que a pesquisa conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Viçosa (UFV), sob o Parecer Consubstanciado n.º 6.760.478.

Por meio de abordagem qualitativa, a investigação inicial foi construída a partir do formulário estruturado com mais de cinquenta questões, abrangendo diferentes dimensões da realidade dos(as) feirantes. Contudo, o presente estudo de caso concentra-se em tópicos específicos desse instrumento, considerados mais diretamente relacionados ao objetivo do presente trabalho. Sendo estes, os seguintes tópicos:

- 17: Que discorre sobre as principais vantagens de participar da feira;
- 20: Que discorre sobre a feira ser a principal fonte de renda para os(as) feirantes;
- 25: Que discorre sobre a necessidade ou não de aumento de produção e
- 26: Que discorre sobre canais de comercialização.

Além disso, como forma de complementar a análise e aprofundar a compreensão das questões centrais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os(as) feirantes, permitindo maior abertura para que expressem suas vivências, interpretações e percepções sobre a participação na feira e no movimento de economia solidária.

A partir disso, no primeiro momento, foram selecionadas as perguntas do formulário que contribuem para os objetivos desta pesquisa e, na sequência, foi feito contato com as(os) 10 feirantes que haviam contribuído na primeira etapa da pesquisa para convidá-los(as) a participar das entrevistas em profundidade sobre o tema central deste trabalho. Dentre esse grupo, foi possível obter o retorno de 07 feirantes, que contribuíram com essa segunda etapa de levantamento de dados. A análise desses dados permitiu um panorama com maior assertividade sobre a participação das(os) feirantes no empreendimento coletivo, além de demonstrar de forma específica elementos que se relacionam com o principal objetivo de estudo do presente trabalho.

Com isso, é possível afirmar que a análise foi conduzida por meio da articulação dos dados do formulário e das entrevistas. A integração dessas duas fontes possibilitou uma análise mais abrangente e consistente, gerando um panorama sólido sobre a participação dos(as) feirantes no empreendimento coletivo e sobre os aspectos relacionados ao foco central da pesquisa.

3.1) Lócus de Pesquisa

O presente trabalho tem como lócus o município de Paula Cândido, localizado na região da Zona da Mata de Minas Gerais, integrante da microrregião de Viçosa, uma cidade

de pequeno porte I³, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Segundo os dados do Censo de 2022, a cidade apresenta uma população estimada em cerca de 8.659 habitantes residentes, com uma densidade demográfica de 32,27 habitantes por km² cuja área total de 268,3 km²⁴ e com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de 0,637 (IDHM⁵), e a economia é predominantemente rural.

De acordo com Alexandre et.al (2024), o município tem como meio econômico a agricultura advinda de empreendimentos familiares, prezando por boas práticas de produção. Paiva et.al (2024, p.2) também afirma que “Paula Cândido, assim como muitos outros municípios da Zona da Mata de Minas Gerais, tem sua agricultura predominantemente familiar”.

Dito isso, segundo Alexandre et.al (2024), é importante salientar que à agricultura familiar apresenta grande relevância no município, pois gera empregabilidade, abastecimento do mercado interno, produção diversificada e preservação do meio ambiente, além de possibilitar o contato direto entre produtores e consumidores, o que permite a construção de CCC.

Observa-se em Paula Cândido a existência da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária, local onde é realizada a comercialização da produção local e socialização da comunidade. Iniciada em novembro de 2021, a Feira conta com o apoio de diversos atores locais, como Prefeitura Municipal, Emater, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e a Incubadora de Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV) (Paiva et.al, 2024). Sua criação teve o objetivo de “desenvolver ações direcionadas ao fortalecimento e fomento a empreendimentos econômicos solidários, buscando englobar um grupo de agricultores familiares com potencial de transformação na agricultura municipal” (Paiva et.al, 2024, p.01). A esses(as) produtores(as), são voltadas ações de promoção da feira e discussão coletiva das atividades cotidianas ligadas à agroecologia e a economia solidária, atividades que possibilitam aos(as) sujeitos(as) atuantes a criação de identidade e valorização de suas produções.

³ Segundo dados do último Censo, realizado pelo Índice Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), cidades de pequeno porte I são aquelas que possuem até 20 mil habitantes.

⁴Densidade Demográfica mede a quantidade de habitantes por unidade de área de um território. Ela é usada para compreender a distribuição da população e as condições moradias dessa determinada região.

⁵ O IDHM é utilizado para avaliar o progresso de uma determinada região, baseada em três elementos: saúde, educação e renda, utilizada como um importante indicador de desenvolvimento.

Com isso é válido ressaltar que existem outras produções e pesquisas realizadas neste locus da pesquisa. Dentre elas, é importante destacar a pesquisa de Lopes (2022), denominada “A Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido - MG: Criação e Estratégias de Ação Coletiva”, uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa, que tinha o objetivo de analisar a articulação entre os distintos atores sociais na mobilização/criação e as estratégias empreendidas para a manutenção da Feira de Agricultura Familiar de Paula Cândido. Esse levantamento de dados foi dividido em duas etapas: a pesquisa documental, e a realização de entrevistas com atores envolvidos com a criação e gerenciamento da Feira. O resultado da análise trouxe indicadores de que a Feira proporcionou aprimoramento e intervenção de atores sociais, que agem coletivamente para contribuir com o desenvolvimento local (Lopes, 2022).

Outro trabalho relevante foi o de Barbosa (2023), denominado “Compreendendo a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido - MG: Uma Análise na Perspectivas das(os) Feirantes”, que utilizou de uma reflexão teórica, crítica e complementar, para compreender os desafios enfrentados pelos(as) feirantes no dia a dia de organização e realização da Feira. Uma pesquisa qualitativa, com base em entrevistas semiestruturadas de sujeitos atuantes do coletivo de feirantes. O resultado abriu margem para melhoria no processo de comunicação e interação entre a equipe de coordenação e essas feirantes, com atenção para as razões de insatisfações e construção de soluções para atender às necessidades e expectativas desses feirantes (Barbosa, 2023).

Para além das produções citadas, é válido citar outro estudo desenvolvido e publicado, o trabalho de Alexandre et.al (2024) denominado “Apoio ao Associativismo para feirantes em Paula Cândido - MG: Mobilização e Assessoria”, um relato de experiência apresentado no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, que relatou a experiência de uma atividade de extensão universitária com os(as) feirantes, atentando-se a formalização jurídica do coletivo. Teve como resultado a não formalização, e a não criação do CNPJ do coletivo (Alexandre et al., 2024).

A partir disso, é válido destacar um fator que é muito comum nos estudos relacionados às feiras é a observação da variação de feirantes. A Feira de Paula Cândido possui, na atualidade, um total de 20 feirantes, todos(as) residentes da cidade, sendo estes agricultores(as) familiares, quitandeiras e artesãs(ãos). Todas(os) interessados na geração de

trabalho e renda, valorização da produção e no incentivo ao consumo local e de produtos de qualidade.

Apresentada a realidade local do lócus de pesquisa, é importante frisar que a escolha da forma de levantar os dados é de suma importância, por isso, Sargi et.al (2022) afirmam que a recorrência do processo de amostragem acontece por meio de uma técnica que seleciona uma parte da população alvo para um levantamento de dados referentes ao objeto de estudo. Dito isso, é necessário afirmar que a amostra será realizada de forma que tenha uma natureza não probabilística e intencional, cujo englobamento dos(as) participantes seja realizado embasado criteriosamente em função de sua relevância para a obtenção do objetivo do estudo.

A escolha de Paula Cândido como campo empírico de estudo se justifica por sua relevância em experiências locais voltadas ao desenvolvimento econômico e social de forma sustentável, haja vista a mobilização comunitária e fortalecimento de redes de apoio entre as famílias agricultoras. Além disso, a cidade oferece um cenário de representatividade de transformações na construção de mercados locais e valorização de saberes e tradições.

Estudar a Feira do município de Paula Cândido permite, portanto, compreender como os empreendimentos coletivos podem contribuir nos cotidianos dos(as) feirantes. Dessa forma, a amostragem visa garantir que os dados coletados apresentam aspectos significativos para o entendimento do objetivo deste estudo.

3.2) Inserção do pesquisador no campo de pesquisa.

A realização do presente trabalho se relaciona de forma direta com minha trajetória enquanto morador do município de Paula Cândido, integrante da equipe de suporte ao empreendimento e bolsista de projeto de extensão universitária com o coletivo. Tais espaços permitiram uma atuação direta e efetiva na compreensão e no desenvolvimento coletivo de saberes populares e na consolidação de princípios da economia solidária no município.

Durante o período de dois anos correspondente de 2022 a 2024, foi possível acompanhar de forma intensa o coletivo de feirantes da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido. Atuei na organização desenvolvendo apoio ao processo de mobilização do público envolvido para as atividades do projeto, elaboração e produção de materiais de divulgação, audiovisual, além da participação ativa nas campanhas

de conscientização sobre segurança alimentar, elaboração de metodologias participativas a serem aplicadas nas reuniões e formações. Também acompanhei o relatório das visitas aos(as) expositores(as), apoio e condução, como facilitador, das ações de capacitação do projeto e apoio na organização semanal da feira.

Ao desempenhar o papel de bolsista de projeto de extensão tive oportunidade de desempenhar o papel de formador pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Federal de Viçosa (ITCP-UFV). A experiência possibilitou oferecer suporte tanto na estruturação quanto na formalização de iniciativas da feira, construindo de forma contínua com o coletivo a sistematização e otimização dos saberes.

A atuação como bolsista em dois projetos de extensão universitária foi de grande relevância em meu processo de entendimento e construção de ponto de vista pessoal, em relação aos princípios e desafios enfrentados pelos empreendimentos solidários. A convivência direta com os(as) feirantes me possibilitou fortalecer relações com pessoas conhecidas e desenvolver boas relações com as diversas pessoas presentes no coletivo.

Além disso, essa experiência contribuiu para a formação de um olhar crítico e sensível à realidade local, despertando atenção a aspectos que tangem a valorização dos saberes territoriais e compreensão do potencial transformador da economia solidária. Essa experiência, não só me concedeu subsídios para a construção deste trabalho, mas também um olhar de compromisso e responsabilidade político afetivo com as(os) sujeitos(as) envolvidas(os).

É importante ressaltar que essa vivência foi ampliada por meio da participação em eventos acadêmicos, e apresentações de trabalhos relacionados à feira e à economia solidária. Espaços como os simpósios realizados na Universidade Federal de Viçosa (UFV), bem como no XII Congresso Brasileiro de Agroecologia, realizado no Rio de Janeiro, em 2023. Isso possibilitou a publicação de relatos de experiências que contribuíram para a divulgação das experiências práticas e reflexões desenvolvidas em relação ao movimento coletivo.

Com isso, torna-se evidente que a relação com o campo de pesquisa possibilitou uma aproximação sensível com os(as) sujeitos(as) da pesquisa, um fortalecimento de vínculos com o território e um aprofundamento nas observações sobre desafios e potenciais da economia solidária. Assim, a inserção no campo de pesquisa não se limita a um procedimento metodológico.

4. RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesta seção são apresentados e discutidos os resultados obtidos a partir da coleta de dados realizada junto aos(as) feirantes vinculados(as) à Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária do município de Paula Cândido. O processo ocorreu em dois momentos distintos: o primeiro, no decorrer do mês de julho de 2024, quando, por meio de um trabalho coletivo da ITCP-UFV, foi aplicado um formulário para compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos, ambientais e as inovações sociais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico Zona da Mata Mineira⁶. O segundo momento diz respeito às entrevistas semiestruturadas, realizadas em setembro de 2025, especificamente para este estudo, pelo interesse em evidenciar como os conceitos, já discutidos teoricamente, são percebidos e ressignificados pelos(as) sujeitos(as) da pesquisa.

Como informado anteriormente, a feira é organizada por vinte feirantes e dez contribuíram para os dados do formulário que é considerado o primeiro momento de pesquisa. Para a entrevista, foi possível chegar a sete mulheres feirantes que se disponibilizaram a participar da segunda etapa da pesquisa. Dessa forma, os dados analisados partem da integração entre esses dois conjuntos de dados, o que possibilita uma compreensão mais ampla e aprofundada.

4.1) Perfil Sociodemográfico dos feirantes

Para compreender de forma mais abrangente o perfil das(os) feirantes, foram analisadas variáveis sociodemográficas, destacando aspectos relacionados à raça, gênero, faixa etária, nível de escolaridade e a posse do Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Esses elementos permitiram traçar um panorama sobre quem são as pessoas entrevistadas que atuam na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido - MG, no mais, é necessário destacar que para a criação do perfil sociodemográfico dos feirantes, foram utilizados elementos do formulário.

⁶ Como apresentado ao longo da discussão sobre os procedimentos metodológicos deste estudo, o formulário analisado é parte da pesquisa: “Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização”, fomentada pela Fapemig.

Quadro 1 – Perfil dos(as) feirantes participantes da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido – 2025

Feirantes Participantes das duas etapas

Feirante	Idade	Cor	Sexo	Comercialização	Escolaridade	Possui CAF
Feirante 01	35	Branca	Feminino	Alimentos Processados	Ensino Médio Completo	Não
Feirante 02	54	Parda	Feminino	Doces, Hortaliças	Ensino Médio Completo	Não
Feirante 03	38	Preta	Feminino	Artesanatos	Ensino Fundamental Incompleto	Não
Feirante 04	46	Parda	Feminino	Alimentos Processados	Ensino Fundamental Completo	Sim
Feirante 05	73	Parda	Feminino	Hortaliças, Frutas, Legumes	Superior Completo	Sim
Feirante 06	56	Branca	Feminino	Café e Derivados	Ensino Fundamental Completo	Sim
Feirante 07	42	Branca	Feminino	Hortaliças, Alimentos Processados	Ensino Fundamental Completo	Sim

Não Participantes da segunda etapa

Feirante	Idade	Cor	Sexo	Comercialização	Escolaridade	Possui CAF
Feirante 08	53	Branca	Feminino	Hortaliças, Frutas, Legumes	Ensino Médio Completo	Sim
Feirante 09	55	Parda	Feminino	Hortaliças	Ensino Fundamental Incompleto	Não
Feirante 10	54	Parda	Masculino	Hortaliças, Frutas, Legumes	Ensino Fundamental Incompleto	Sim

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025).

Observou-se que dos(as) feirantes entrevistados(as), a maioria se autodeclara branca, correspondendo a um total de 50%, seguidas por pardos(as) com 40% e pretos(as) 10%. Ao considerar que a população negra brasileira é constituída pela junção entre pretos(as) e pardos(as), conforme definição do IBGE, é possível pontuar que, metade das(os) feirantes entrevistados(as) são negras(os)⁷ e a outra metade se autodeclara branca.

⁷ O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, para fins legais, o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que são consideradas pessoas negras as que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pelo IBGE.

Arruti (2006) destaca que os marcadores étnico-raciais têm influências significativas na distribuição de recursos e oportunidades, os quais segundo o autor são distribuídos de formas desiguais, deixando evidenciado que o campo brasileiro é marcado por uma profunda intersecção entre raça, classe e acesso a direitos.

O perfil étnico-racial dos(as) feirantes entrevistados(as) em Paula Cândido reflete não só um aspecto demográfico, mas também revela a necessidade de abordagens inclusivas e racialmente equitativas, em aspectos que se adentrem na formulação e implementação de políticas de fortalecimento da agricultura familiar e economia solidária.

Em relação a presença de homens e mulheres na feira, destaca-se que a maioria das entrevistadas é do sexo feminino, representando cerca de 90% da amostra total. Conforme Nobre (2003), a questão da mulher na economia solidária teve início com a tomada de consciência acerca da invisibilidade, da marginalização e do não reconhecimento do protagonismo das mulheres em diversos campos da sociedade.

Esse dado é relevante para destacar o protagonismo feminino no contexto da agricultura familiar e da economia solidária, demonstrando assim, que as mulheres não só desempenham um papel na produção, mas também em funções estratégicas como comercialização, organização e gestão de empreendimentos.

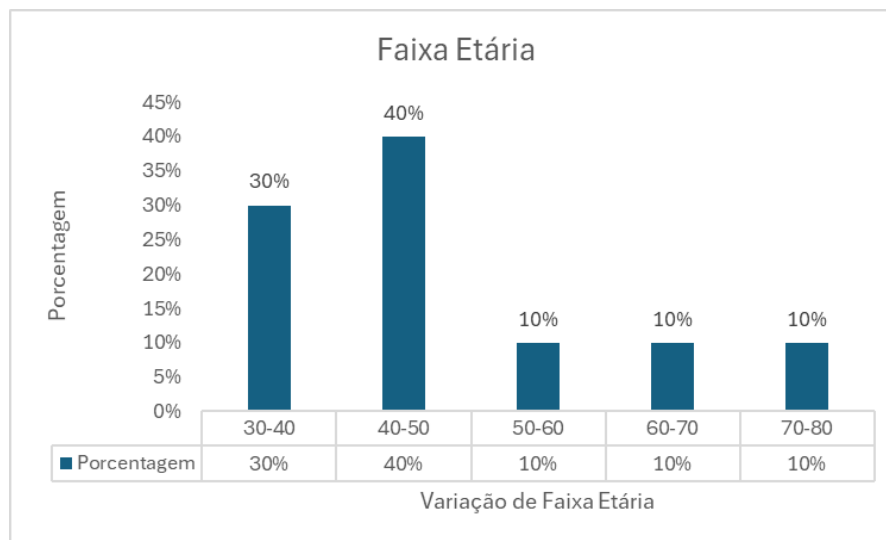
Siliprandi (2015) salienta que as mulheres agricultoras sempre estiveram presentes na organização do meio rural, porém, por muitos anos foram invisibilizadas, tanto em aspectos estatísticos quanto em espaços políticos. Com o fortalecimento e o avanço de causas feministas no campo, elas vêm conquistando mais espaços e sendo percebidas de forma ativa.

Da mesma forma, outras dimensões sociais, como a faixa etária, também contribuem para compreender o perfil dos(as) feirantes e as dinâmicas que atravessam o meio rural. Os dados referentes à idade são relevantes na análise, pois se relacionam ao fenômeno do envelhecimento da população do campo (Abramovay, 2003). Nesse sentido, a feira pode servir como espaço de fortalecimento da identidade e combate ao rompimento da sucessão familiar rural.

A análise da faixa etária das(os) feirantes entrevistadas(os) revela que a maioria se encontra entre 50 e 60 anos, correspondendo a um total de 40%, seguido pelo grupo de 30 a 40 anos que representam 30%, seguido pelo grupo de 70 a 80 anos representando 10%,

depois pelo grupo de 60 a 70 anos correspondendo a 10% e por fim o grupo de 50 a 60 anos correspondendo 10%.

Figura 1 - Faixa Etária



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Essa predominância de pessoas de idades mais avançadas nas atividades da feira, como mencionado acima, diz sobre a tendência do meio rural brasileiro, que é o envelhecimento da população agrícola ativa (Abramovay, 2003), demonstrando assim uma baixa presença de juventude atuando na feira, sendo comprovada pelo fato da menor idade dos(as) entrevistados(as) ser 30 anos.

Mesmo que tenham sido criadas políticas públicas em favor do desenvolvimento da agricultura familiar nos últimos 25 anos no Brasil e essas tenham influenciado positivamente a ampliação da produção e da renda por boa parte dos(as) agricultores(as) brasileiros(as) (Zanella, 2020).

Ademais é notável que, mesmo com criação de políticas públicas não foram suficientes para estimular a permanência dos jovens rurais no meio rural, tendo por consequência a diminuição e envelhecimento da população rural (Zanella, 2020). A permanência da juventude camponesa nos seus territórios enfrenta obstáculos que passam pela precariedade na infraestrutura, acesso à educação, interesse pelas atividades agrícolas, além dos aspectos culturais e socioeconômicos (Abramovay, 1997). São fatores que evidenciam, em muitos casos, a necessidade de migrar para centros urbanos em busca de

melhores oportunidades. Embora essa análise já tenha sido formulada a quase 30 anos, ela permanece atual comprovada em estudos recentes.

Hübner e Simões (2024), ao investigarem a juventude rural da Região de Chapecó (SC), observaram e destacam que a migração de jovens para os centros urbanos continua sendo um fenômeno recorrente, atrelado diretamente à falta de oportunidades econômicas e à desvalorização simbólica do trabalho agrícola. Segundo os autores, essa permanência da juventude no campo depende de fatores como acesso de políticas públicas, possibilidades de construir projetos viáveis dentro cenário da agricultura familiar (Hübner e Simões, 2024).

Com isso, em municípios como Paula Cândido, situados na Zona da Mata mineira, observam-se desafios semelhantes, como carência de oportunidades locais, a concentração fundiária e o envelhecimento da população rural. Tal fato contribui para o afastamento gradual dos jovens das atividades agrícolas, em diversos casos muitos jovens acabam migrando para cidades próximas da microrregião, em busca de estudo, emprego e melhores condições de vida, fortalecendo e evidenciando as contribuições dos que autores Abramovay (1997) e Hübner & Simões (2024) discutem em escala mais ampla.

A permanência de pessoas mais velhas na feira diz sobre o acúmulo de saberes, práticas e vínculos comunitários ao longo do tempo, porém sem a inserção da juventude, há a possibilidade de rupturas na sucessão e produção familiar, gerando assim, uma descontinuidade das práticas. Por isso, é cada vez mais necessário buscar estratégias que promovam a sucessão rural e a valorização da juventude agricultora inserida no cenário da economia solidária e dos circuitos de comercialização.

Portanto, de maneira específica, a configuração etária dos(as) feirantes entrevistados(as) de Paula Cândido necessita de um olhar atento, visando garantir a contribuição de jovens para assegurar a continuidade da produção local.

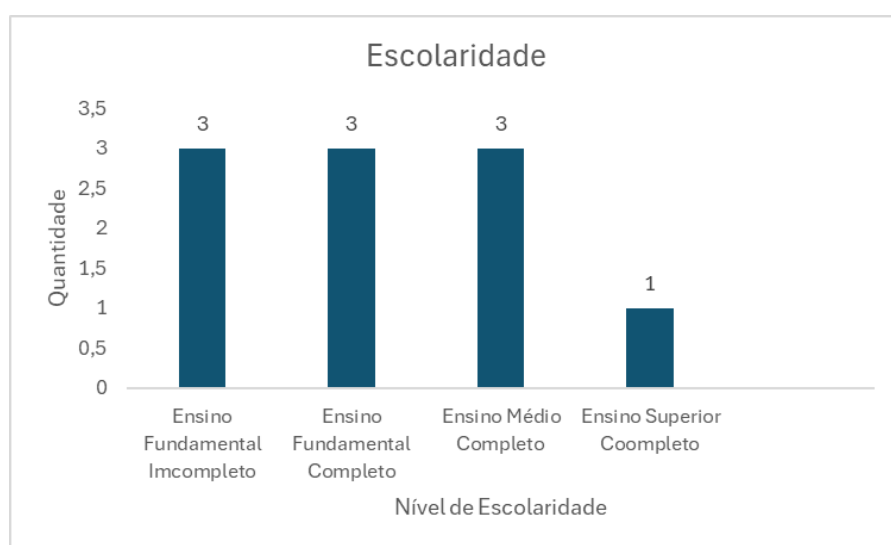
Além dos aspectos etários, é importante considerar também os elementos institucionais que contribuem para a consolidação desses sujeitos no campo. Nesse sentido, observa-se que aproximadamente 60% dos(as) feirantes possuem o Cadastro da Agricultura Familiar (CAF). Tal documento representa um instrumento essencial para o reconhecimento formal dos(as) agricultores(as) e possibilita o acesso a políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e à inclusão produtiva no meio rural (Grisa, 2015).

Entretanto, ainda que se mostre majoritário esse número na realidade da Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, é perceptível uma grande desproporção comparando o cenário da feira de maneira geral, visto que, quase a metade dos feirantes ainda não possuem, fator que pode limitar ao acesso de programas de crédito, assistência técnica e comercialização.

Dito isso, tal situação pode gerar atenção no sentido que, o acesso ao CAF não depende apenas de vontade individual, mas sim de processos de informação e suporte institucional, através da intermediação institucional por parte de entidades credenciadas como Emater, prefeituras, sindicatos rurais ou cooperativas que atuam como agentes da Rede CAF (Grisa, 2015). Esse suporte institucional é fundamental para que agricultores familiares, feirantes, assentados, pescadores artesanais etc. tenham seus cadastros formalizados. Assim a feira enquanto espaço de construção coletiva também pode ser utilizada como espaço estratégico para fortalecimento de identidade e compartilhamento de informações entre os sujeitos atuantes em relação ao acesso ao CAF, contribuindo para ampliação de direitos e autonomia dos(as) feirantes.

Por fim, dando segmento aos elementos que tange a respeito do perfil dos(as) feirantes, foi analisado o grau de escolaridade com o intuito de destacar o acesso à educação e os possíveis desafios advindos desta situação.

Figura 2 - Escolaridade



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

A análise de nível de escolaridade dos(as) feirantes entrevistados(as) de Paula Cândido revela que parte possui apenas o ensino fundamental, representando 60%, sendo estes divididos entre completo e incompleto. Outros 30% concluíram o ensino médio e apenas um(a) participante dos(as) entrevistados(as), 10% da amostra, possui ensino superior completo, demonstrando um contexto das realidades rurais brasileiras, que é o acesso à educação formal limitada (Carneiro, 2012).

O acesso à educação formal nas áreas rurais é tema de discussão há muitos anos. As altas taxas de analfabetismo e os baixos níveis de escolaridade revelam a fragilidade do sistema educacional que atinge a população do campo (Caldart, 2004). No Brasil, os índices de analfabetismo ainda são expressivos e tornam-se ainda mais alarmantes quando se observam as regiões rurais (Toledo, 2021). Esse nível educacional reduzido pode interferir em situações como a interlocução direta com atores sociais públicos e instituições de apoio (Caldart, 2004). Como salienta Caldart (2000), é de suma importância compreender que a educação é um direito que não se limita apenas ao acesso físico à escola, mas uma garantia de um processo formativo que respeite e gere valorização da identidade camponesa.

Portanto, pensar em estratégias de fortalecimento da feira e da agricultura familiar representa também investir na educação do campo como instrumento de estruturação e desenvolvimento. Políticas voltadas à alfabetização e formação de jovens e adultos rurais são fundamentais para promover autonomia, equidade e sustentabilidade no meio rural, contribuindo para o enraizamento das famílias e para o fortalecimento das economias locais (Schneider, 2003).

Dessa forma, buscando relacionar as reflexões teóricas às vivências concretas dos(as) participantes, apresentam-se a seguir, de forma articulada, os principais elementos obtidos nas respostas dos formulários e entrevistas, que permitem compreender de maneira mais ampla o papel da feira na vida dos feirantes de Paula Cândido (MG).

A etapa de entrevistas foi conduzida com base em um roteiro orientativo com 12 perguntas. A aplicação das entrevistas foi previamente comunicada aos feirantes durante o momento da feira, ocasião em que foram convidados(as) a participar da pesquisa apenas aqueles(as) que haviam respondido ao primeiro formulário.

Conforme mencionado anteriormente, o estudo contou com a participação de sete mulheres, por meio de entrevista individual, a fim de proporcionar um ambiente mais

acolhedor e favorecer a espontaneidade das respostas. Essa abordagem visou garantir que as participantes se sentissem à vontade para expressar suas percepções da melhor maneira possível, por isso, uma pessoa optou por responder por meio de áudios via Whatsapp e duas escolheram responder de forma manuscrita. As outras participantes se disponibilizaram a me receber em suas residências e ter a entrevista gravada.

A partir dos diálogos estabelecidos, sendo estes, parte da segunda etapa, foi possível identificar aspectos fundamentais para o alcance do objetivo desta pesquisa. Considerando que a feira é reconhecida como um modelo de circuito curto de comercialização, questionou-se aos(as) feirantes o que compreendiam sobre essa forma de comercialização. As respostas revelaram que parte deles(as) possuía certo conhecimento sobre o tema, enquanto outros(as) demonstraram não o conhecer em profundidade.

Por meio das falas das entrevistadas, evidenciou-se a relevância desse modelo, especialmente pela possibilidade de comercializar diretamente com o(a) consumidor(a), sem a intermediação de atravessadores(as). Uma das participantes destacou:

É o nosso objetivo fazer a venda direta com o produtor tendo com o consumidor, tendo esse contato direto com ele. Dá pra gente poder conhecer os seus gostos, as preferências. E sem falar na parte social também, da integração que a gente tem com eles e com as necessidades deles também. Então esse circuito curto é o que a gente... é o que a gente almeja mesmo, tá sempre e continua fazendo, sempre. Entregando, direto e com qualidade. (Feirante 02)

Essa fala torna evidente a percepção da feirante sobre como a feira se constitui enquanto um espaço de comercialização mais justo, onde o(a) produtor(a) consegue obter maior autonomia sobre seus produtos e gerar maior compreensão em relação a(ao) consumidor(a). Também chama a atenção o fato desse circuito curto de comercialização ser um elemento de suma importância para a manutenção das feiras, pois o contato direto entre produtor(a)-consumidor(a) se liga à variação da renda ao longo do tempo, e o aumento na oferta tende a refletir em elevação dos ganhos, especialmente quando há constância na comercialização e fidelização da clientela (Oliveira, 2022).

Em conversa com outra participante foi destacado que esse modelo de comercialização contribui no enfrentamento das ações de atravessadores(as): “[...] é muito bom, pois evita a exploração dos intermediários” (Feirante 07).

Com base nessa fala, se faz perceptível o elemento citado no referencial teórico, onde (Conterato, 2013) afirma que os circuitos curtos de comercialização além de proporcionar a

prática de venda direta, também elimina a ação de intermediários(a), se destacando assim como uma alternativa relevante para os(as) feirantes que possibilita maior controle sobre o preço de seus produtos e uma maior proximidade com o(a) consumidor(a) final. Dessa forma, os circuitos curtos aparecem como meio de fortalecimento das relações de confiança, reconhecimento e vínculo social de ambas as partes, como defendido por Soares (2020).

Em contrapartida, uma parte significativa das entrevistadas destacaram não ter tanto conhecimento ou até mesmo nem conhecerem sobre esse conceito de comercialização, embora sendo sujeitas atuantes do mesmo, conforme relatado por uma entrevistada: “[...] Não, não conheço muito bem sobre.” (Feirante 04).

No mais, para evidenciar o fato de algumas feirantes não terem conhecimento sobre o assunto, é perceptível em relatos de outra feirante: “[...] Eu nunca vi falar sobre isso não, sabe?”. (Feirante 05)

Embora algumas entrevistadas relacionem o circuito curto de comercialização apenas como uma forma de venda direta, outras declaram não conhecer muito bem ou até mesmo nunca terem visto falar, mesmo participando ativamente das atividades da feira. É válido destacar que tal desencontro pode ser relacionado como uma lacuna entre as práticas vividas e as definições teóricas estabelecidas e pouco dialogadas com os(as) sujeitos(as) da ação. Tal situação revela que a falta de familiaridade das feirantes com o termo “circuitos curtos de comercialização”, mesmo estando diretamente inseridas nesse modelo, não decorre da prática em si, mas da ausência de processos formativos e de espaços de diálogo sobre esses conceitos (Sabourin, 2009).

Esse desencontro reforça a lacuna existente entre o saber acadêmico e os conhecimentos construídos no cotidiano, evidenciando um distanciamento entre teoria e prática, como discute Sabourin (2009) ao apontar que a apropriação de determinados termos e categorias depende de mediações institucionais, educativas e participativas.

Conforme aponta Tagliapietra et.al (2017), o conhecimento local e tácito das populações rurais se constitui a partir de um saber construído pela vivência, o qual muitas não é tematizado, porém é fundamental para sua sustentabilidade e autonomia.

Dito isso, é importante destacar que o desencontro identificado não indica que as feirantes atuem no circuito curto de comercialização por intuição, mas sim porque

reconhecem a feira como um espaço historicamente construído e coletivamente organizado junto a instituições parceiras.

O desconhecimento do termo “circuitos curtos de comercialização” não decorre da ausência de prática, mas do fato de se tratar de uma categoria conceitual produzida no âmbito acadêmico e que, muitas vezes, não rompe a barreira entre universidade e sociedade. Esse distanciamento evidencia uma lacuna na mediação realizada por projetos institucionais, como incubadoras e grupos de extensão, que nem sempre conseguem traduzir ou compartilhar tais conceitos com os sujeitos que, na prática, os materializam. Nesse sentido, a feira, enquanto forma tradicional de comercialização direta, constitui um circuito curto por excelência, ainda que seus participantes não utilizem a nomenclatura teórica. Reforçando a ideia de Sabourin (2009), ao defender que a construção de conhecimento exige diálogo, participação e reconhecimento dos saberes locais.

Desse modo, é notável que o CCC representa para os(as) feirantes mais do que uma estratégia econômica, sendo este espaço um local de vivências, trocas e construção de saberes baseados em práticas. Essa dimensão cotidiana baseadas em saberes tradicionais, culturas locais e relações de confiança se conectam diretamente com outro princípio presente na feira: a economia solidária.

A economia solidária foi mencionada pelas entrevistadas de forma que está para além de um sistema de comercialização, até mesmo como um modelo de vida, ou um sonho a ser realizado. Uma das feirantes destacou:

Economia solidária, ela sempre fez parte do meu jeito de ser, naturalmente, desde de muito nova eu já tinha essa coisa de fazer uma troca aqui, outra ali. Assim aquilo que não é bom pra mim que é bom pra você, não é mais é meu, não me serve, a gente faz uma troca e isso é a economia solidária. Sempre vivi assim e hoje estando dentro da feira né, que é organizada e fundada pela incubadora tecnológica de cooperativas populares. E eu que fiz o curso de cooperativismo por um semestre em 2014, me fez enxergar muita coisa hoje, me sinto muito feliz de viver isso na prática sabe, com a comunidade” (Feirante 01).

Essa fala nos permite compreender o movimento da economia solidária como elemento filosófico, que diz a respeito ao fortalecimento comunitário, evidenciando elementos como coletividade e compartilhamento. Ao analisar a presente fala, é possível destacar o conceito desenvolvido por Nego Bispo a respeito da confluência: “Um rio não deixa de ser rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e os outros rios, ele se fortalece”. Ao relacionar essa definição e a fala da feirante, é importante

destacar a percepção dela sobre o aspecto comunitário. A feirante reconhece que na formação de um coletivo, o indivíduo não deixa de ser ele mesmo, ao contrário ele se fortalece com o novo e com os conhecimentos alheios.

No mais ao analisar a fala da participante, evidencia-se a ideia de Mance (2005) em que a economia solidária visa a promoção e a realização humana de cada pessoa assegurando-lhe condições satisfatórias para o exercício ético de sua liberdade. Outra feirante pontuou:

Eu conheço a economia solidária. Até antes da feira, na feira a gente já tem 4 anos. A economia solidária é um modelo de comércio que a gente sempre sonhou, que é a nossa grande utopia, né? Mas a gente espera chegar nela, o mais próximo dela possível. Na verdade, a economia solidária é um sonho. É um sonho a ser realizado”. (Feirante 02)

É interessante destacar como essa fala se relaciona a ideia de Arruda (2015), ao destacar a economia solidária como fortalecimento de ideologias sociais, e busca por condições de dignidade. Além disso, podemos refletir que a economia solidária como um sonho, pode dizer sobre a sua capacidade de enfrentamento a esse sistema capitalista que aprisiona e oprime grupos menos favorecidos.

Porém, é válido destacar que, para algumas feirantes o tema economia solidária ainda não é um conceito muito bem definido, conforme dito por uma feirante: “[...] Olha, eu sei mais ou menos, né? Porque a gente participa da feira, né? E não entendo muito sobre essa parte da economia solidária” (Feirante 04).

Outra feirante destacou o conhecimento a respeito da seguinte forma: “[...] Eu já vi falar, assim, por uns altos, sabe? Não, assim, bem profundo, não, sabe? Nossa, eu acho muito, eu acho muito importante, sabe? Eu tenho mais de 20 anos de feira. É, ué. Eu sou a mais velha.” (Feirante 05).

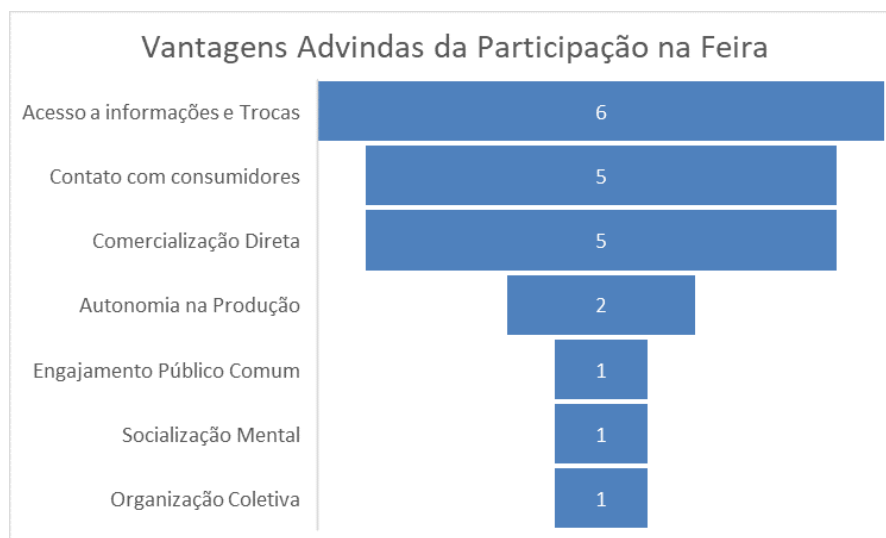
É válido destacar que, para algumas feirantes, o tema da economia solidária ainda não se apresenta de forma evidente. Embora participem ativamente da feira e pratiquem cotidianamente princípios solidários, as falas demonstram uma limitação quanto ao assunto.

Com isso, se observa nas falas das(os) feirantes que essa dimensão prática da economia solidária como experiência vivida, mas ainda não como elemento nomeado. Podendo assim destacar a ideia de Singer (2002) que a economia solidária é um modo de produção e um processo educativo, qual os sujeitos atuantes aprendem fazendo, construindo

conhecimentos com base em suas experiências e trocas cotidianas. Essa realidade reforça a importância de espaços formativos e dialógicos, capazes de transformar saberes práticos em ações coletivas, valorizando os saberes populares e promovendo o fortalecimento das relações de cooperação entre os(as) feirantes. Tais espaços possibilitam que esses(as) sujeitos(as) caminhem de forma conjunta, compartilhando experiências e construindo estratégias coletivas de permanência no campo.

Nesse mesmo sentido e, em consonância com o objetivo principal deste trabalho, destaca-se a importância atribuída pelos(as) feirantes à participação na feira, compreendida não apenas como um espaço de comercialização, mas também como um lugar de encontro, aprendizado e fortalecimento identitário. Com isso, a participação na feira foi evidenciada de diferentes formas ao longo da pesquisa. O primeiro elemento que buscou ser compreendido foram as vantagens de acordo com o ponto de vista das(os) feirantes, sendo este elemento parte do formulário:

Figura 3: Quais as Vantagens de Participar da Feira (Item 17)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Com base na análise dos dados coletados, especificamente o gráfico que evidencia a percepção dos(as) feirantes em relação às vantagens de participar na feira, é perceptível que há várias vantagens, mas as respostas que apareceram de forma mais recorrente foram a acesso a informações e trocas, contatos com os consumidores e comercialização direta.

Nas entrevistas com os(as) feirantes, ao serem perguntadas(os) sobre as vantagens de participarem da feira, uma delas me deu a seguinte resposta:

“Além da geração de renda, a gente trabalha também com a venda direta ao público e as capacitações que acontecem sempre com a gente na feira. Que a EMATER e a ITCP estão sempre fornecendo”. (Feirante 02)

Com base nessa fala, é possível perceber que o espaço da feira contribui diretamente para o circuito curto de comercialização, através das vendas diretas, mas, além disso abre espaços para parcerias coletivas que garantem formação a essas(es) feirantes.

Outra feirante contribuiu com uma resposta importante, que pode ser relacionada diretamente com o gráfico quando se refere ao contato com consumidores:

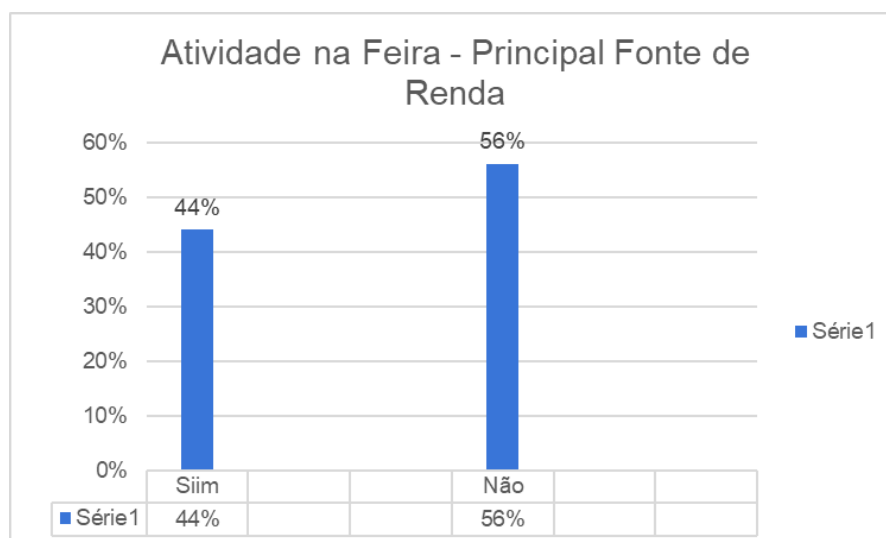
“[...] até pra nós foi uma melhoria de vida pra gente, que tá ajudando muito. Eu pelo menos, a minha parte sim, as minhas vendas estão sendo muito boas, né? Demonstrando meus produtos para as pessoas, não só para as pessoas de Paula Cândido. Pelo incentivo da feira, está tendo mais conhecimentos para fora, igual o pessoal de Ubá, São Geraldo, tudo vem conhecer as minhas coisas através da feira de Paula Cândido e agora eu estou vendendo minhas mercadorias para fora”. (Feirante 04)

Com base nessa fala, é importante destacar que o espaço da feira tem um papel de exposição e alcance maior de consumidores(as), visto que através deste espaço a feirante relatou que conseguiu consumidores não somente em Paula Cândido, mas também em cidades vizinhas.

As falas destacam que a participação na feira proporciona benefícios que vão além da geração de renda, promoção do circuito curto de comercialização, contato direto com os(as) consumidores(as) e o acesso contínuo a informações e capacitações oferecidas por instituições parceiras. Além de ampliar a visibilidade dos produtos e o alcance dos(as) feirantes para além do município, fortalecendo as redes de comercialização e contribuindo para o desenvolvimento local e regional.

Em continuidade a essa análise, o fator renda também se apresenta como um elemento central na compreensão do papel da feira. Nesta etapa da pesquisa, buscou-se identificar se a atividade desenvolvida na feira constitui a principal fonte de renda dos(as) feirantes, possibilitando avaliar o peso econômico desse espaço na manutenção das famílias e na sustentabilidade da agricultura familiar em Paula Cândido (MG).

Figura 4: A atividade desenvolvida na feira é a sua principal fonte de renda? (Item 20)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Com base na análise dos dados, especificamente o gráfico que evidencia a percepção das(os) feirantes em relação a suas fontes de renda, observou-se que 56% das(os) entrevistadas(os) afirmaram que a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido não representa sua principal atividade econômica, enquanto 44% indicaram que sim. Este dado demonstra que, para a maioria das(os) participantes, a feira ainda não se configura como principal fonte de renda.

É pertinente, diante da análise dos dados, considerar o conceito de pluriatividade desenvolvido por Schneider (2006), que descreve a adoção de estratégias econômicas diversificadas por agricultores familiares com o objetivo de reduzir riscos e garantir maior estabilidade financeira.⁸ Embora nem todos os participantes da feira se enquadrem na categoria de agricultores familiares, havendo também artesãos(ões) e produtores(as) de alimentos processados, nota-se que práticas semelhantes à pluriatividade também se manifestam nesse contexto, pela busca de múltiplas fontes de renda e inserção em diferentes espaços de comercialização.

⁸ Os(as) participantes da pesquisa são feirantes atuantes no município de Paula Cândido (MG), vinculados à feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária. Observou-se que nem todos(as) se enquadram na categoria de agricultores(as) familiares, sendo o grupo composto por agricultores(as) familiares, artesãos e produtores de alimentos processados, os quais comercializam seus produtos tanto em feiras quanto em outros espaços de venda direta. Essa diversidade de perfis reflete a heterogeneidade do público que compõe as feiras locais, evidenciando diferentes estratégias de geração de renda e inserção econômica no meio rural e urbano.

Hoje em dia, além de eu poder contar com um dinheirinho sempre no sábado, eu tenho uma loja também, não só a minha ajuda, mas ajuda também outros produtores. Porque na loja eu tenho produtos daqui e de mais sete feirantes, que a venda impacta na minha renda e na renda desses feirantes também. É ajuda demais (Feirante 02).

A fala da feirante 02 exemplifica essa dinâmica ao relatar que, além das vendas realizadas aos sábados na feira, mantém uma loja onde comercializa produtos próprios e de outros sete feirantes locais. Demonstrando assim que tal iniciativa amplia suas fontes de renda e, simultaneamente, fortalece a economia local ao beneficiar outros(as) feirantes. Embora nem todos os feirantes sejam agricultores(es) familiares, essa estratégia da participante aproxima-se da lógica da pluriatividade ao articular diversificação de atividades e cooperação econômica como formas de sustento e permanência no espaço rural.

Contudo, levando em consideração o objetivo da pesquisa, os presentes dados indicam que mesmo diante do papel significativo da feira, ela ainda não garante autonomia financeira à maioria, pois este espaço ainda não é a principal fonte de renda para as(os) feirantes.

Ademais, é válido destacar que mesmo que essas fontes de renda não sejam as principais para a maioria das(os) feirantes, elas têm um papel de fortalecimento da autonomia e valorização dos saberes e trabalhos agrícolas, que permitem aos(as) sujeitos(a) atuantes a construção de renda baseada em economias alternativas (Singer, 2002).

Dito isso, Carvalho e Grossi (2019) afirmam que os(as) produtores(as) rurais deparam com inúmeras dificuldades em suas jornadas, as quais fazem com que, a escolha dos canais de distribuição para a venda dos produtos pelos mesmos, passa a ser, um fator essencial para a estratégia de comercialização, visto que tal escolha deve contemplar a realidade dos produtores além de gerar rentabilidade e retorno financeiros.

Dessa forma, os dados analisados reforçam a ideia de que o contexto vivenciado pelos(as) feirantes da feira de Agricultura Familiar e Economia solidária de Paula Cândido dialoga com o conceito de pluriatividade, abordado por Schneider (2006), compreendendo tal ação como uma estratégia econômica e ressignificação da identidade dos(as) agricultores(as) familiares, sendo este fenômeno uma forma das famílias manterem-se no campo, mesmo diante da crescente redução da rentabilidade da agricultura, sinalizando como um papel estratégico de geração de renda direta, principalmente em contextos marcados por escassez de canais de comercialização tradicionais.

Assim, nota-se que a pluriatividade, para além da estratégia de sobrevivência, pode ser considerada um movimento de flexibilidade, adaptabilidade e resistência das famílias rurais, demonstrando novas formas de organização de trabalho, sociabilidade e fortalecimento de economias locais (Schneider, 2000).

Nesse contexto, a dimensão da renda destaca-se como um elemento importante para compreender a permanência e a sustentabilidade dessas famílias no meio rural, visto que essas variações podem estar associadas às diferentes atividades desenvolvidas na feira e permitem observar de que maneira esse espaço contribui para a melhoria das condições econômicas dos(as) feirantes e para a valorização da agricultura familiar.

É importante destacar que a renda obtida na feira representa, para muitos(as) agricultores(as) familiares, uma complementação importante aos ganhos provenientes de outras atividades, desempenhando papel estratégico na manutenção das unidades produtivas e na reprodução social das famílias.

Em territórios caracterizados por pequena e média ruralidade, como Paula Cândido (MG), a venda direta ao consumidor consolida-se como uma das principais formas de geração de renda e de fortalecimento das redes locais de produção e comercialização (Conterato, 2013). Lima et.al (2019) salientam que a participação e construção dos agricultores/feirantes na feira podem contribuir para que esse canal alternativo de comercialização possibilite aos(as) sujeitos(as) atuantes a oportunidade de vendas de seus produtos diretos com os consumidores(as) finais, de forma justa, e estabelecendo relações de confiança. Possibilitando aos(as) agricultores(as) a geração de renda e desenvolvimento cultural e econômico de forma solidária.

Esse resultado se torna expressivo ao se relacionar com a análise do gráfico, em que é apontado que 56% das(os) feirantes não têm a feira como sua principal fonte de renda. Ou seja, mesmo as(os) feirantes que exercem outras atividades financeiras evidenciam que a feira pode apresentar um espaço significativo na geração e/ou complementação de renda dos feirantes.

É válido ressaltar que a feira desempenha um papel de grande relevância nas vivências cotidianas dos feirantes. Ainda que este espaço não seja o suficiente para a garantia de total independência financeira, a renda obtida neste espaço representa uma importante

fonte de complementação financeira para as(os) feirantes, uma participante contribuiu com a seguinte fala:

“Sim, tem nos ajudado muito, pois vivemos da agricultura e as vendas na feira é um complemento”. (Feirante 07)

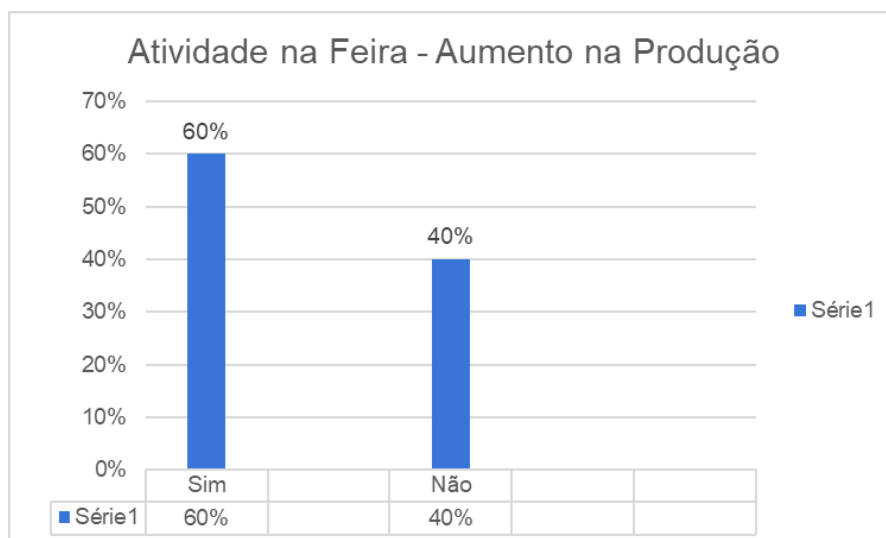
De maneira geral, é importante salientar que tais resultados evidenciam que, apesar da feira representar uma importante estratégia de geração de renda, os valores obtidos podem ser considerados moderados para a maioria dos(as) feirantes. Refletindo assim, tal situação comum nas realidades de produtores(as) familiares, visto que tais sujeitos enfrentam diversas dificuldades e limitações, sejam de acesso a mercados, capacitação técnica e infraestrutura de produção, acesso a comercialização e escala de produção (Grisa, 2015).

Com isso, embora complementares, é importante destacar que esses valores possuem grande relevância no contexto da agricultura familiar, podendo a feira ser considerada um espaço de contribuição econômica, fortalecimento da identidade rural, valorização dos saberes e valores camponeses. Nesse sentido, embora não sejam valores elevados, eles se dão de forma justa e digna, baseados em princípios da economia solidária, conforme destacada na fala de outra participante:

“Quando mesmo vendendo mais em conta, que vendo mais em conta. Aí é um dinheiro a mais que entra, né? E ajuda muito, sabe? Que pra mim, o pouquinho que eu ganhar lá, já dá uma ajudazinha, né? Complemento, né?” (Feirante 05)

Em continuidade à análise anterior, o gráfico a seguir apresenta informações referentes aos fatores relacionados à produção dos(as) feirantes, destacando a variação e o escoamento de seus produtos na feira. Tais informações são fundamentais para avaliar a capacidade desse espaço de promover o desenvolvimento produtivo e econômico das famílias rurais de Paula Cândido (MG).

Figura 5: Precisou aumentar sua produção por conta da feira? (Item 25)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

A análise dos dados obtidos por meio da pesquisa revela que 60% dos(as) feirantes afirmaram ter ampliado sua produção após o início da participação na Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, enquanto 40% indicaram não ter sentido essa necessidade.

A ampliação da produção pode ser relacionada a fatores como demanda regular por produtos específicos, estabilidade nas vendas, fidelização de cliente, aumento de visibilidade de produtos, entre outros (Abramovay, 2003). Este cenário analisado, se relaciona diretamente ao objetivo da pesquisa, ao evidenciar que a feira contribuiu de forma significativa com mudanças nas atividades cotidianas das(os) feirantes. A capacidade de ampliar a produção de forma autônoma, baseadas nas oportunidades identificadas no ambiente da feira, aponta para um processo de fortalecimento econômico e social, visto que a(o) feirante atuante neste espaço, passa a ter mais controle e autonomia sobre sua atividade produtiva e financeira (Abramovay, 2003).

É válido destacar com base nas análises dos dados, que há uma relação direta entre a ampliação da produção e a autonomia econômica dos(as) feirantes. Aqueles(as) que conseguem planejar, ajustar e ampliar sua produção, com base na demanda da feira, demonstram domínio sobre seus meios de produção, fator que lhes possibilitam autonomia para tomar decisões estratégicas e sustentáveis no médio e longo prazo. Um exemplo que concretiza essa ideia é apresentado na fala de uma das feirantes.

“(...) até então a gente fazia uma produção muito, vamos dizer assim, muito precária, sem uma organização, sem um entendimento, a gente fazia uma

coisa muito, muito simples, aí através de treinamentos que a gente recebeu, consigo fazer uma produção mais organizada, mas em termos de segurança alimentar, com muito mais segurança, e em questão de precificação também, de trabalhar com os preços do meu produto de uma maneira justa, então a feira fez total diferença”.(Feirante 02)

É válido ressaltar que, 60% dos(as) feirantes que tiveram modificações em suas produções, que tais aumentos podem estar relacionados com alguns fatores específicos, podendo estes, serem definidos como uma maior visibilidade junto ao público consumidor local, surgimento de novas oportunidades de vendas para além da feira, planejamento na produção, formalização e profissionalização na atividade produtiva (Abramovay, 2003).

Em contrapartida, se faz necessário se atentar aos 40% dos(as) feirantes que não precisaram aumentar suas produções, com isso, é necessário e importante considerar que para tal situação, devem-se considerar diferentes hipóteses. Podendo estas serem: produção atual ser suficiente para atender a demanda existente, ausência de adaptação ao produto por parte dos consumidores, não representatividade de aumentos significativos nas vendas, fase inicial de comercialização e limitações na capacidade de escoamento de produção, sejam estes fatores advindos de limitações financeiras, logísticas e capital humano

Dessa forma, é importante destacar que a feira não se restringe apenas a um ponto de venda, mas atua como um mecanismo de incentivo à produção e desenvolvimento local, uma vez que estimula o escoamento da produção, fortalece o consumo de produtos locais além de promover a circulação de renda local (Singer, 2018). No mais, através da promoção de vendas diretas a feira contribui para o fortalecimento de laços comunitários e valorização da identidade local. Sabourin (2011) destaca que espaços como as feiras configuram-se como estratégias de reprodução social e econômica das famílias rurais, articulando dimensões produtivas, culturais e solidárias.

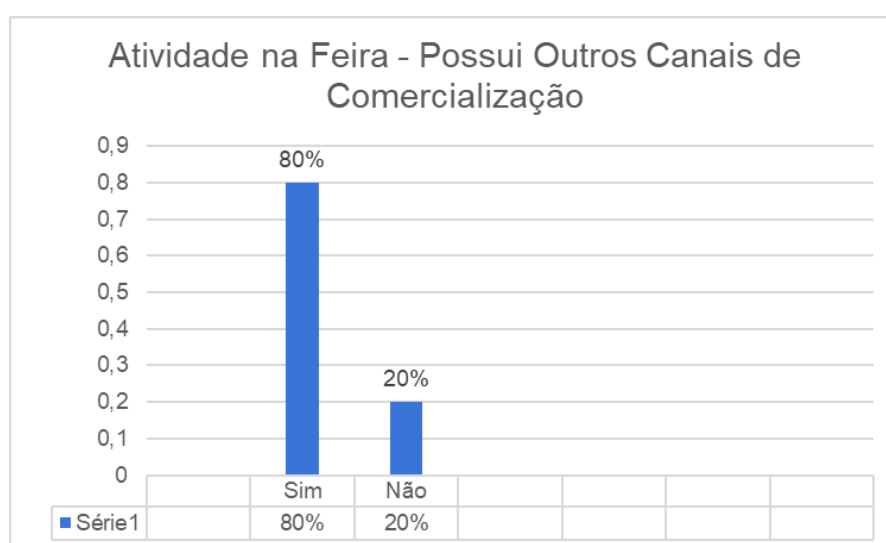
Além disso, ao promover a interação direta entre produtores(as) e consumidores(as), a feira gera vínculos fortalecidos entre os(as) sujeitos(as) inseridos nos circuitos curtos de comercialização, contribuindo para o desenvolvimento local e para o fortalecimento da identidade coletiva associada à economia solidária (Singer, 2002).

Adicionalmente, compreender a dinâmica da comercialização exige observar também os diferentes canais utilizados pelos(as) feirantes para o escoamento de sua produção, uma

vez que a feira, embora um canal importante, não representa o único meio de sustento dessas famílias.

O gráfico a seguir apresenta se os(as) feirantes possuem outros canais de vendas para além da feira, evidenciando a diversificação das estratégias de comercialização. Esses dados são fundamentais para compreender a importância das múltiplas fontes de renda e a capacidade de entrega da produção no contexto da agricultura familiar de Paula Cândido (MG).

Figura 6: Tem outros canais de comercialização? (Item 26)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados da pesquisa.

Segundo Miranda et al (2024), as feiras de agricultura familiar são consideradas canais de vendas diretas de grande importância para o abastecimento local, desse modo é fundamental a utilização de estratégias que permitam avaliar sua evolução. No mais, para os autores, as feiras de agricultura familiar, fazem parte de sistemas territoriais de abastecimento que se configuram em canais de mais fácil coordenação e gestão, podendo ser realizadas pelos próprios agricultores-feirantes, além de promover escoamento direto do campo para os clientes.

De acordo com os dados do gráfico, é perceptível que cerca de 80% dos(as) produtores(as) entrevistados(as) utilizam outro canal de comercialização, sendo assim, é importante destacar que esses dados são significativos, visto que os mesmos evidenciam um cenário de diversificação e busca de alternativas para escoar a produção. A existência de

diversos canais de comercialização e sua utilização pelos(as) produtores(as) podem ser um indicativo de ação dos mesmos, visto que tais ações geralmente buscam alcançar uma maior estabilidade e mitigação de riscos, visando não só ter maior alcance de público e não dependência de um único canal (Abramovay, 2003).

Entretanto, a presença de 20% de produtores(as) que ainda dependem exclusivamente da feira levanta atenção. Visto que, possivelmente, estas pessoas se encontram em situações vulneráveis e a oscilações na frequência da feira. Com isso, uma das possíveis causas pode ser devido a variações sazonais de público ou problemas logísticos. Reforça-se, então, a importância de práticas de apoio e capacitação voltadas à inserção desses(as) produtores(as) em novos canais, principalmente os que envolvem acesso a compras públicas, e-commerce e redes colaborativas de consumo.

Dito isso, sobre canais de comercialização é importante destacar que, com base nas respostas, os produtores locais detêm uma gama de canais de comercialização, reforçando assim a ideia de pluralidade de Schneider (2006). Sendo esta análise importante, para a compreensão da inserção dos(as) produtores(as) em diferentes mercados. Ademais, tendo como base os valores dos gráficos, ressalta-se que as respostas demonstram que a maioria dos(as) entrevistados(as) está inserida em sistemas de comercialização relativamente diversificados. Sobretudo, a ampliação de canais, podem representar para estes(as) produtores(as) oportunidades. Estes dados contribuem para se pensar em ações de planejamentos, investimentos e expansão da comercialização familiar.

Os principais canais mencionados pelos participantes, além da feira, incluem o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), feiras paralelas, mercados, atravessadores(as), vendas por encomenda, comercialização online e entregas domiciliares. A presença de diversos canais demonstra que os(as) feirantes estão inseridos em sistemas territoriais de abastecimento relativamente amplos que, conforme Miranda et al. (2024), são caracterizados por uma forma mais direta, podendo ser gerida pelos próprios(as) produtores(as), facilitando a ligação entre o campo e o consumidor final.

Com a leitura integrada dos gráficos, torna-se evidente que a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, apesar de não ser a principal fonte de renda para uma maioria significativa dos(as) feirantes, tem a sua parcela de relevância na

movimentação da economia local, visto que tal espaço, permite aos(as) sujeitos(as) atuantes uma complementação de renda e autonomia, conforme dito por uma feirante:

Sim, eu trabalho com a loja. A gente abriu esse ano, um mês, uma lojinha, um empório, com produtos, com meus produtos, produtos dos meus colegas da feira. Então, a gente sente que, através da feira, as pessoas conhecem nossos produtos. Então, tem alguns clientes que já fazem questão de vir, não podem buscar, procurar por eles. E como é que a gente se diz? Além de a gente não ficar preso o tempo todo, ficar preso só na feira, a gente dá essa oportunidade para o cliente também encontrar os produtos em outro lugar, com a mesma qualidade que eles encontram na feira. (Feirante 02)

Esse cenário de diversificação indica que a feira, embora seja um espaço estratégico e relevante, integra-se a um espaço comercial mais amplo e articulado. A diversidade de canais representa, portanto, um fator essencial para a autonomia e segurança econômica das(os) produtoras(es), permitindo que eles tenham maior poder de decisão sobre onde, como e por quanto comercializar seus produtos (Abramovay, 2003). Essa autonomia econômica é central para a emancipação dos(as) agricultores(as), pois confere a eles(as) maior controle sobre seus meios de produção e sobre a dinâmica de seus rendimentos. Podendo ser percebido na seguinte fala de uma feirante:

Além da feira, temos encomenda onde levamos o produto pra pessoa que faz a encomenda, também vendemos pelo site do governo é do campo, e também enviamos os pedidos por via correio. (Feirante 06).

Portanto, de modo geral os dados reforçam o papel importante das feiras e dos demais canais de comercialização, como instrumentos de dinamização econômica e fortalecimento da agricultura familiar. Estímulos à organização coletiva, acesso de políticas públicas e valorização dos circuitos curtos de comercialização são fundamentais para que as experiências como estas perdurem por longo tempo e de forma consolidada, além de gerar desenvolvimento local (Grisa, 2015).

Para além desses aspectos econômicos e estruturais, buscou-se compreender os impactos subjetivos e sociais da feira na vida dos(as) participantes, buscando compreender o impacto da feira em suas vidas. Durante as entrevistas, foi possível identificar que, para a grande maioria, a participação na feira representa uma contribuição significativa, não apenas

como fonte de sustento, mas como espaço de pertencimento, troca de saberes e valorização do trabalho rural.

As respostas dos(as) entrevistados evidenciaram diferentes percepções sobre a importância da feira em suas trajetórias pessoais e profissionais. Como é o caso da resposta de uma feirante:

“Me inclui na sociedade, me garante uma renda, meu trabalho passa a ser valorizado e nos fortalece com outros agricultores”. (Feirante 07)

É válido destacar que para essa interlocutora, a feira concede uma condição de dignidade, visto que relata ser incluída na sociedade e sente seu trabalho e produção ser valorizado, além de se sentir fortalecida enquanto agricultora.

No mais, outra feirante destaca a importância da sua vida relacionada a aspectos como integração social, fortalecimento de laços comunitários. Pontuado da seguinte forma:

A feira, além da renda financeira tem um impacto muito grande em minha vida em todos os sentidos, no psicológico, a forma como tratar o ser humano, a importância de trazer a presença de Deus para nossas vidas, o amor pela profissão e novas conquistas. (Feirante 03)

Muitas participantes relataram que a feira representa oportunidade de complementar a renda familiar, garantia de autonomia, troca de experiências e valorização da cultura local. As entrevistadas ressaltaram que a feira impactou significativamente na autoestima e no sentimento de pertencimento, pois lhes proporciona um espaço de reconhecimento e visibilidade para o trabalho que desenvolvem.

Para alguns, a feira foi também um instrumento de aprendizado e crescimento pessoal, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de comunicação. Pontuado por outra feirante:

Hoje em dia eu posso falar que eu sou uma pessoa antes da feira e uma outra pessoa depois da feira. Hoje em dia eu sou uma pessoa muito mais segura do meu trabalho. Então, na feira eu descobri que eu tenho esse potencial, que eu posso trabalhar. E que existe essa possibilidade, que se a gente tiver todo mundo junto, a gente consegue fazer uma boa renda, ter uma valorização dos nossos produtos e, com respeito, a gente consegue. A feira nos trouxe muita dignidade, principalmente para nós mulheres(...). (Feirante 02)

Com isso, ao analisar as respostas dos(as) feirantes, nota-se que a feira ultrapassa a dimensão econômica e assume um papel transformador na vida dos participantes. O espaço da feira contribui para a valorização do trabalho das(os) agricultoras(es), fortalecendo sua identidade e autoestima. Também é válido destacar este espaço, como um ambiente de socialização, construção de vínculos comunitários, troca de saberes e fortalecimento coletivo, especialmente entre as mulheres, as quais encontram uma oportunidade de reconhecimento e dignidade (referência). Dito isso, é necessário destacar que a feira se consolida como instrumento de inclusão social, empoderamento, desenvolvimento pessoal e profissional e relevância para a comunidade local.

Em síntese, ao analisar os dados apresentados é importante destacar que a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido, constitui-se como um espaço que ultrapassa as funções de comercialização, assumindo um papel importante na geração e complementação de renda e valorização de produção dos(as) feirantes. O espaço da feira pode ser considerado um instrumento de dinamização econômica, visibilidade de produção e diversificação de canais de comercialização, emergindo da relação direta com as experiências, trajetórias e estratégias observadas no campo, que confirmam que a feira funciona como um mercado construído socialmente e ancorado na realidade local.

Além do aspecto econômico, é importante destacar as dimensões sociais e identitárias, visto que o espaço da feira possibilita aos(as) sujeitos(as) atuantes troca de saberes, espaço de encontros, construção coletiva e promoção de desenvolvimento local de forma inclusiva e sustentável.

Torna se evidente, a partir dos resultados obtidos, diferentes realidades, dentro de um mesmo coletivo, evidenciando a diversidade de trajetória, renda, capacidades produtivas e canais de comercialização. Nesse sentido, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido pode ser compreendida como uma prática transformadora em aspectos econômicos, sociais e culturais, visto que este espaço tem como papel central de reconhecer os(as) agricultores(as) familiares como atores centrais, os quais são responsáveis pela construção, organização e administração deste espaço.

Assim, o conjunto das evidências reforça e destaca que a feira é promotora de transformações que unem trabalho, território e pertencimento no contexto da agricultura familiar contribuindo diretamente na economia solidária do município, proporcionando

aos(as) feirantes condições de dignidade, inclusão, valorização de trabalho e sensação de pertencimento.

5) CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise dos dados, a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido revela-se como um espaço central na vida dos(as) feirantes, articulando convivência, construção coletiva, comercialização e resistência no contexto da agricultura familiar. As experiências relatadas demonstram que a feira ultrapassa a dimensão estritamente econômica, configurando-se como um território de fortalecimento social, organizativo e produtivo, no qual relações, saberes e práticas sustentam modos de vida rurais.

Além disso, evidencia-se que a participação na feira produz resultados significativos para os(as) agricultores(as), especialmente no que se refere à geração e complementação de renda, ao fortalecimento de identidades e à valorização dos saberes locais. Assim, a feira consolida-se como um espaço de articulação entre dimensões econômicas, sociais e culturais, contribuindo de maneira efetiva para a autonomia e o desenvolvimento dos(as) feirantes.

Observou-se que, embora os(as) feirantes sejam sujeitos(as) atuantes e vivenciam práticas de economia solidária e utilizam-se de um modelo de circuito curto de comercialização boa parte do coletivo ainda não reconhecem formalmente o conceito, visto que estes elementos são centrais desse processo de construção coletiva. Tal constatação evidencia a importância de ações formativas que aproximem a teoria da prática, buscando fortalecer a consciência crítica e o protagonismo dos(as) sujeitos(as).

Ademais, outros fatores que chamaram a atenção com base nos dados, são elementos relacionados ao perfil demográfico dos(as) feirantes. Relacionado ao perfil étnico-racial dos(as) feirantes, o presente trabalho destacou a importância de ações mais inclusivas e equitativas, voltadas para a promoção da diversidade e reconhecimento social no campo. Já relacionado aos fatores etários, chama a atenção para o desafio da sucessão rural, visto que a predominância de pessoas mais velha no espaço da feira é a maioria, sendo assim, é válido atentar-se a ausência de jovens no espaço da feira, apontando para a necessidade de iniciativas que incentivem a participação e a permanência da juventude nesses espaços.

Outro fator que se mostrou bastante importante na construção do presente trabalho, é a forte presença feminina no espaço da feira, tal fato destaca o protagonismo feminino na

agricultura familiar e na economia solidária, evidenciando que as mulheres atuam não apenas na produção, mas também na comercialização, organização e gestão dos empreendimentos. Esse protagonismo reforça o papel das feiras como espaços formativos e de empoderamento, onde os saberes tradicionais são ressignificados e compartilhados coletivamente.

Além disso, outro fator de suma importância a ser evidenciado é a flexibilidade dos(as) feirantes em relação a comercialização e escoamento da produção, utilizando-se de diversos canais de comercialização. Embora nem todos(as) feirantes sejam agricultores(as) familiares, revela-se como uma estratégia de resistência e adaptação diante das dificuldades enfrentadas pela agricultura familiar, garantindo aos mesmos uma diversificação das atividades econômicas e o fortalecimento da autonomia.

Assim, de maneira geral conclui-se que a Feira de Agricultura Familiar e Economia Solidária de Paula Cândido constitui-se como um importante instrumento de desenvolvimento local, de valorização das identidades rurais e de promoção da autonomia coletiva, embora necessite de algumas iniciativas, conforme citadas anteriormente. Recomenda-se o fortalecimento das ações de organização dos(as) feirantes, a ampliação do diálogo com instituições parceiras e a continuidade de políticas públicas que estimulem a formação a sucessão rural e a consolidação de práticas solidárias.

Por fim, estima-se que o presente trabalho venha a contribuir na construção do reconhecimento da relevância das feiras como instrumentos de desenvolvimento local, solidário, econômico e elemento de resistência do meio rural. Que sejam vistos não só como canais de vendas, mas também como lugares de expressão de diversas formas de sociabilidade, autonomia, trocas de experiências, geração de trabalho e renda. Por isso, é importante que estas iniciativas sejam valorizadas e fortalecidas por políticas públicas comprometidas com sustentabilidade e justiça social. Pretende-se, com este trabalho, inspirar futuras pesquisas que aprofundem o papel das economias locais no desenvolvimento dos territórios e evidenciem a contribuição das mulheres na agricultura familiar. Espera-se que a feira continue se consolidando como um espaço de resistência, aprendizado e transformação social, promovendo uma agricultura mais justa, inclusiva e sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Juventude e agricultura familiar. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 123-143, 1997.

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. 2003. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001438475>. Acesso em: 02 jun. 2025.

ANUÁRIO estatístico da agricultura familiar. CONTAG, 2024. Disponível em: <https://www.fetaesc.com.br/noticia/confira-o-anuario-estatistico-da-agricultura-familiar-de-2024>. Acesso em: 06 mar. 2025.

ARRUDA, Adriana Silva Oliveira et al. Economia solidária e desenvolvimento local sustentável: um estudo de caso em um sistema de agricultura familiar. **Organizações Rurais e Agroindustriais/Rural and Agro-Industrial Organizations**, v. 17, n. 2, p. 163–178, 2015. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/record/265339/>. Acesso em: 09 abr. 2025.

ATLAS do espaço rural brasileiro. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/atlasrural/pdfs/11_00_Texto.pdf. Acesso em: 05 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 11 abr. 2025.

BUAINAIN, Antônio Márcio; ROMEIRO, Ademar R.; GUANZIROLI, Carlos. Agricultura familiar e o novo mundo rural *Sociologias*. vol. 5, núm. 10, julio diciembre, 2003. **Universidade Federal do Rio Grande do Sul Porto Alegre, Brasil**, p. 312–347, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/yWYK66v4CJXDqsmKtVH5bkD/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *Revista Brasileira de Educação*, n. 15, p. 63–78, jan./abr. 2000.

CALDART, Roseli Salete. Elementos para construção do projeto político e pedagógico da educação do campo. **Revista Trabalho Necessário**, v. 2, n. 2, p. 1-16, 2004.

CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato S. Multifuncionalidade da agricultura familiar. **Cadernos do CEAM**, p. 43–58, 2005. Disponível em: https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=43. Acesso em: 05 nov. 2025.

CANEIRO, Maria Jose. **Ruralidades Contemporâneas**. Mauad Editora Ltda, 2012. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=pIAQBAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA13&dq=Ruralidades+contempor%C3%A2neas:+novas+identidades+no+campo&ots=vRRTA3ltNJ&sig=fNY_5hG2gyTqLmiHSZkiI14R5F0. Acesso em: 05 ago. 2025.

CONTERATO, Marcelo Antonio et al. Mercados e agricultura familiar: interfaces, conexões e conflitos. **Porto Alegre: Via Sapiens**, p. 00500-0, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Armando-Fornazier/publication/348236373_A_importancia_do_cooperativismo_na_insercao_de_pequenos_produtores_nos_mercados_o_caso_da_producao_de_maca_na_serra_catarinense/links/5ff4997045851553a022658b/A-importancia-do-cooperativismo-na-insercao-de-pequenos-produtores-nos-mercados-o-caso-da-producao-de-maca-na-serra-catarinense.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

COSTA, Bianca Aparecida Lima; DOS SANTOS, Carla Cristina Balbino; PRIORE, Silvia Eloiza. Aproximando produção e consumo: a experiência do projeto de extensão “Quintal Solidário”. **Revista ELO–Diálogos em Extensão**, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://beta.periodicos.ufv.br/elo/article/view/1189/3411>. Acesso em: 02 mai. 2025.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. Economia solidária no Brasil: tipologia dos empreendimentos econômicos solidários. **São Paulo: Todos os Bichos**, 2010. Disponível em: https://associacaoportuguesasociologia.pt/viii_congresso/VIII_ACTAS/VIII_COM0220.pdf. Acesso em: 25 abr. 2025.

DAROLT, Moacir R.; LAMINE, Claire; BRANDENBURG, Alfio. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. **Revista Agriculturas**, v. 10, n. 2, p. 8–13, 2013. Disponível em: <https://aspta.redelivre.org.br/files/2019/09/Revista-Agriculturas-V10N2-Artigo-1.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2025.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social. **Florianópolis: Estúdio Semprelo**, 2021. Disponível em: https://www.agricultura.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-10/circuitos_curtos_2.pdf. Acesso em: 04 mai. 2025.

DA SILVA, Francisco Matos; TOLOVI, Carlos Alberto. Economia solidária como fator de desenvolvimento comunitário e de fortalecimento de valores sociais. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 5, n. 13, p. 54-62, 2011. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/50>. Acesso em: 06 mai. 2025.

DA SILVEIRA ALEXANDRE, Diego et al. Apoio ao associativismo para feirantes em Paula Cândido-MG: mobilização e assessoria. **Cadernos de Agroecologia**, v. 19, n. 1, 2024. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8829>. Acesso em: 26 abr. 2025.

DE FÁTIMA CARVALHO, Francislene; DE FÁTIMA GROSSI, Selma. A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. **Revista Interface Tecnológica**, v. 16, n. 2, p. 226–234, 2019. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/download/665/427>. Acesso em: 03 mai. 2025.

DOS SANTOS, Antônio Bispo; PEREIRA, Santídio. A terra dá, a terra quer. Ubu Editora, 2023. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=49q-EAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT5&dq=como+citar+o+livro+a+terra+da+a+terra+quer&ots=6t8vknAziA&sig=J-7wt1j28Sf8sY6MCWFyat0qeQA>. Acesso em: 05 out. 2025.

FARIA, Maurício Sardá de *et al.* Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/102636>. Acesso em: 05 mai. 2025.

FELÍCIO, Munir Jorge. Os camponeses, os agricultores familiares: paradigmas em questão. **Geografia (Londrina)**, v. 15, n. 1, p. 205-219, 2006. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/6661/0>. Acesso em 05 ago. 2025.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1Oz_DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=Celso+Furtado+%E2%80%93+%E2%80%93+Forma%C3%A7%C3%A3o+Econ%C3%B4mica+do+Brasil%E2%80%93+\(1959\)&ots=xNOklNvKI9&sig=3-0aA8LZC_ROEXmkfA_jrj8F3BU](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=1Oz_DwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA11&dq=Celso+Furtado+%E2%80%93+%E2%80%93+Forma%C3%A7%C3%A3o+Econ%C3%B4mica+do+Brasil%E2%80%93+(1959)&ots=xNOklNvKI9&sig=3-0aA8LZC_ROEXmkfA_jrj8F3BU). Acesso em: 05 jun. 2025.

FRANZONI, Gabriel Borela. Inovação social e tecnologia social: o caso da Cadeia Curta de agricultores familiares e a alimentação escolar em Porto Alegre/RS. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/117414>. Acesso em: 06 mai. 2025.

GAIGER, Luiz Inácio. A economia solidária no Brasil e o sentido das novas formas de produção não capitalistas. **Cayapa: Revista Venezolana de Economía Social**, v. 4, n. 8, p. 9–37, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/622/62240802.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2025.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. 2015. Disponível em: <https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/22239>. Acesso em: 06 jun. 2025.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <http://biblioteca.isctem.ac.mz/bitstream/123456789/734/1/%5BAntonio-Carlos-Gil%5D-Como-elaborar-projetos-de-pes%28z-lib.org%29.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2025.

GÓMEZ LÓPEZ, José Daniel *et al.* Canais de comercialização da agricultura familiar: o caso da comunidade de Boa Vista de Acará na Amazônia paraense-Brasil. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba, v. 16, n. 44, p. 1–20, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ifpa.edu.br/jspui/handle/prefix/307>. Acesso em: 05 jul. 2025.

HÜBNER, Renata; SIMÕES, Willian. Migração campo/cidade da juventude e os (des) caminhos para a sucessão na agricultura familiar da Região Geográfica Imediata de Chapecó-SC. **Terr@ Plural**, v. 18, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/tp/article/view/20777>. Acesso em: 31 out. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 02 ago. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Cidades: Paula Cândido – MG. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/paula-candido/panorama>. Acesso em: 05 out.. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Os novos dados do mapeamento de economia solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões sócioestruturais dos empreendimentos. Relatório de pesquisa. Brasília, DF: IPEA, 2016. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/7410/1/RP_Os%20Novos%20dados%20do%20mapeamento%20de%20economia%20solid%C3%A1ria%20no%20Brasil_2016.pdf. Acesso em: 01 mar. 2025.

JUNIOR, José Arnaldo dos Santos Ribeiro. O enigma do capital: e as crises do capitalismo. **Agrária (São Paulo. Online)**, n. 14, p. 140-145, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/agraria/article/download/55807/59215>. Acesso em 05 ago. 2025.

LIMA, Leidiane de Oliveira *et al.* Feiras livres como geração de renda para os agricultores/as familiares do município de Capitão Poço no nordeste paraense. **Cadernos de Agroecologia**, v. 13, n. 1, 2018. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/download/1968/9>. Acesso em: 03 maio 2025.

LIMA, Romilda De Souza; FONTANA, Ana Paula Cavali. As feiras da agricultura familiar como território de práticas alimentares e sociabilidades. **Redes. Revista do Desenvolvimento Regional**, v. 24, n. 3, p. 75-100, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5520/552064357004/552064357004.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2025.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. **Cutitiba: Ufil**, 2002. Disponível em: <http://www.solidarius.net/mance/biblioteca/redecolaboracao-pt.pdf>. Acesso em 03 maio 2025.

MEDEIROS, Amanda Cristina; CUNHA, Eduardo Vivian da. Economia solidária e desenvolvimento local. *Revista Tecnologia e Sociedade*, Ceará, ano 10, n. 21, p. 1–15, set./dez. 2012. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/66960225/286.pdf>. Acesso em: 08 set. 2025.

MIRANDA, Sueny Pinhel; WEGNER, Rubia Cristina; DIAS, Anelise. Comercialização nas feiras da agricultura familiar: um estudo de caso sobre a estrutura desses canais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 62, n. 4, e270700, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2023.270700pt>. Acesso em: 05 set. 2025

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Cadernos de referência: Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais. Brasília: SAF/MDA, 2009. Disponível em: http://biblioteca.incra.gov.br/librosgratis/cadref_progmulheresrurais.pdf. Acesso em: 03 maio 2025.

MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria da Agricultura Familiar. Marco referencial da assistência técnica e extensão rural. Brasília: SAF/MDA,

2010. Disponível em: <http://www.cpsa.embrapa.br/catalogo/livro/00081410.pdf>. Acesso em: 05 maio 2025.

NOBRE, Miriam. Mulheres na economia solidária. **A Outra Economia**, p. 1–10, 2003. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/07/MULHERES-NA-ECONOMIA-SOLIDARIA-Miriam-Nobre.pdf>. Acesso em: 05 ago. 202.

OLIVEIRA, Gabriel Jucá Pereira; SCHNEIDER, Fernanda; ZULIANI, Daniela Queiroz. Comercialização de circuito curto: um estudo sobre a feira livre da agricultura familiar em Canindé, Ceará. **Revista Brasileira de Agroecologia**, v. 20, n. 1, p. 20–45, 2025. Disponível em: <https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/handle/123456789/4858>. Acesso em: 06 mai. 2025.

PAIVA, Mariana Silva de; DIAS, Marcelo Miná; ALEXANDRE, Diego Silveira; SILVA, Maxuel Marcelino Miguel; QUEIROZ, Lucas de Souza. Saberes e sabores: feira, feiras livres, de economias, tecnologias e sabedorias. In: *Diálogo Freiriano*, Veranópolis, RS: [s.n.], 2024. p. 47. E-book.

RAMBO, Anelise Graciele; POZZEBOM, Luciana; VON DENTZ, Eduardo. Circuitos curtos de comercialização e novos usos do território: considerações sobre o PNAE e as feiras livres. **Revista Grifos**, Chapecó, v. 28, n. 46, p. 9–26, 2019. Disponível em: <https://pegasus.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/4415>. Acesso em: 05 set. 2025.

RETIÈRE, Morgane Isabelle Hélène. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização: modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/91/91131/tde-06102014-160246/en.php>. Acesso em: 06 mar. 2025.

SARGI, Mariane Patrícia; MELO SILVA, Jéssica Rayse de; CARMO, Carlos Roberto Souza do. Amostragem e análise de dados: um estudo de caso sobre pesquisas eleitorais brasileiras de 2022. **Revista GeTeC**, Monte Carmelo, v. 14, 2024. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/getec/article/view/3302>. Acesso em: 13 ago. 2025.

SABOURIN, Eric. Acesso aos mercados para a agricultura familiar: uma leitura pela reciprocidade e a economia solidária. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**, Fortaleza, v. 45, n. 3, p. 45–60, 2014. Disponível em: <https://hal.science/hal-02798379/>. Acesso em: 03 nov. 2025.

SABOURIN, Eric. Políticas públicas de desenvolvimento rural e reciprocidade. Disponível em: https://agritrop.cirad.fr/556769/1/document_556769.pdf. Acesso em: 06 ago. 2025.

SILVA, Gustavo P. *et al.* Perfil e percepções dos feirantes em relação à feira livre dos municípios de São Pedro do Sul (RS) e Santo Augusto (RS). **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 2, p. 3203–3212, 2014. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231171213.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025.

SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. Disponível em:

<https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2018/04/Introducao-economia-solidaria-WEB-1.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2025.

SINGER, Paul. **Ensaio sobre economia solidária**. São Paulo: Leya, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=wFxNDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT26&dq=singer+e+a+defini%C3%A7%C3%A3o+da+economia+solid%C3%A1ria&ots=jXpL8ppc3b&sig=3t8Iuw1FSVeqI6UazXt-vEGLP2g>. Acesso em: 05 out. 2025.

SOARES, Rosângela Oliveira *et al.* A dinâmica de comercialização em circuito curto em Lugo, Galiza. **Revista de Ciências Agrárias**, Lisboa, v. 43, n. esp. 1, p. 26–35, 2020.

SCHNEIDER, Sergio. A pluriatividade e as transformações na agricultura familiar no Brasil. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 8, n. 1, 2000. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/182>. Acesso em: 03 maio 2025.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: contribuições ao debate**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 5, n. 17, p. 23–42, 2005. Disponível em: https://cursa.ihmc.us/rid=1188901167133_996607957_8434/LIVRO_FINAL.pdf#page=23. Acesso em: 06 maio 2025.

TAGLIAPIETRA, Odacir Miguel; CARNIATTO, Irene; BERTOLINI, Geysler. A importância do conhecimento local dos agricultores familiares e demais população rural para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 2, p. 178–199, 2021. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/2470>. Acesso em: 27 out. 2025.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS – TJDF. Quem é pessoa negra no Brasil. Sementes da Equidade. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acessibilidade/publicacoes/sementes-da-equidade/quem-e-pessoa-negra-no-brasil>. Acesso em: 6 maio 2025.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade¹. **Estudos sociedade e agricultura**, p. 42, 2003. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=PI7aM4A_hggC&oi=fnd&pg=PA42&dq=Agricultura+familiar+como+modo+de+vida,+tradi%C3%A7%C3%A3o+e+identidade+Maria+Nazareth+Baudel+Wanderley,+Jos%C3%A9+de+Souza+Martins,+Carlos+Rodrigues+Brand%C3%A3o&ots=VYjCj82Zwh&sig=_HVOuL3F7vcUTdxLWC4YBBZu4mM. Acesso em 06 junho 2025.

ZANELLA, Anacleto. Envelhecimento e sucessão rural: dois desafios para a agricultura familiar na região da AMAU (2006–2017). **História do Mundo Rural**, p. 245, 2020.

APÊNDICES

APÊNDICE 1: ROTEIRO - ENTREVISTA COMPLEMENTAR PARA OS(AS) FEIRANTES DA FEIRA DE AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA DE PAULA CÂNDIDO.

Nome:			
Gênero:	☐ Feminino ☐ Não Binária	☐ Masculino ☐ Prefiro não dizer	☐ Transgênero ☐ outros
Cidade			
Contato			
Idade			
Grau de escolaridade	☐ Sem instrução formal ☐ Ensino fundamental completo ☐ Médio Completo ☐ Superior Completo	☐ Ensino fundamental incompleto ☐ Médio incompleto ☐ Superior incompleto ☐ Pós-Graduação	
Raça/Etnia	☐ Preta ☐ Amarela	☐ Parda ☐ Indígena	☐ Branca

EXPERIÊNCIAS COM A FEIRA

1. Você já ouviu falar sobre economia solidária? Se sim, o que isso significa pra você no dia a dia?
2. Você já ouviu falar em Circuito Curto de Comercialização? O que você pensa sobre isso?
3. Como a feira é organizada?
4. Como você avalia a organização da feira?
5. Quais as principais dificuldades da feira?
6. Quais as principais vantagens em participar da feira?
7. Você possui outros canais de comercialização? Se sim, quais são? Quais as principais diferenças você observa?
8. Qual o impacto da feira em sua vida?
9. Depois que você começou a participar da feira, mudou alguma coisa na forma como plantar e em sua organização na venda dos produtos?
10. A participação na feira trouxe mudanças na sua renda?

11. Além das vendas, a feira traz outros benefícios, como trocas, parcerias e conseguir novos clientes?
12. Quais as sugestões que você daria para a melhoria da feira?

APÊNDICE 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr.(a) está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa “**Agroecologia e sistemas alimentares localizados: inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização**”. Nesta pesquisa pretendemos analisar os circuitos curtos de comercialização com intuito de compreender a abrangência, os benefícios socioeconômicos, ambientais e as inovações sociais presentes nas iniciativas envolvidas com o Polo Agroecológico Zona da Mata Mineira, visando subsidiar políticas públicas no campo da agricultura familiar, agroecologia e economia solidária no Estado de Minas Gerais. O motivo que nos leva a estudar a importância destes mercados para a agricultura familiar é a proposta de uma reconexão entre produção e consumo, com a valorização do local e das relações de proximidade, comumente denominadas como circuitos curtos de comercialização de alimentos. Para esta pesquisa adotaremos os seguintes procedimentos: entrevistas que durarão 1 hora e 30 minutos em média. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em constrangimentos em relação às perguntas. A pesquisa contribuirá para a visibilidade e elaboração de políticas públicas.

Para participar deste estudo o Sr.(a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, diante de eventuais danos, identificados e comprovados, decorrentes da pesquisa, o Sr.(a) tem assegurado o direito à indenização. O Sr.(a) tem garantida plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem necessidade de comunicado prévio. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que o Sr.(a) é atendido(a) pelo pesquisador. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável, na sala 213 do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa, e a outra será fornecida ao Sr.(a).

Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 10 anos após o término da pesquisa. Depois desse tempo, eles serão destruídos.

Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo e confidencialidade, atendendo à legislação brasileira, em especial, à Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e utilizarão as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Eu, _____, contato _____,

fui informado(a) dos objetivos da pesquisa Agroecologia e sistemas alimentares localizados:

inovações sociais na construção de circuitos curtos de comercialização, de maneira clara e detalhada, e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas

informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer minhas dúvidas.

Nome do Pesquisador Responsável: Bianca Aparecida Lima Costa

Endereço: RAIMUNDO ALVES TORRES, 65 RAMOS – 103, VIÇOSA MINAS GERAIS

CEP: 36570000

Telefone: (31) 3899-1317

E-mail: bianca.lima@ufv.br

Em caso de discordância ou irregularidades sob o aspecto ético desta pesquisa, você poderá consultar:

CEP/UFV – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

Universidade Federal de Viçosa

Edifício Arthur Bernardes, piso inferior

Av. PH Rolfs, s/n – Campus Universitário

Cep: 36570-900 Viçosa/MG

Telefone: (31)3612-2316

Email: cep@ufv.br

www.cep.ufv.br

Viçosa, _____ de _____ de 20____.

Assinatura do Participante